

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6352/2024

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/12/2024 – HORÁRIO: 09:30 HORAS.

SETOR: Divisão Técnica.

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

MODO DE DISPUTA: Fechado

REGIME: empreitada por preço unitário.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. De ordem do Senhor Superintendente do Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de São Caetano do Sul, através de Agente de Contratação, indicado pela Portaria nº 39/2024, de 20 de agosto de 2024, faço público a quantos deste Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se acha aberta na Seção de Licitações e Gestão de Contratos, sito a Av. Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, São Caetano do Sul/SP, licitação sob a modalidade de Concorrência para a contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul, regida pela Lei Federal nº 14.133/21 Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nºs 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 11.914/23, no que couber, bem como as condições a seguir estabelecidas.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS

2.1. O presente certame será conduzido por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, **devendo ter início pontualmente às 9:30 horas do dia 27 de dezembro de 2024**, na Sala de Licitações, no pavimento superior do prédio sede do SAESA-SCS, sito à Av. Fernando Simonsen, 303 - Bairro Cerâmica, no Município de São Caetano do Sul - São Paulo.

2.2. As licitantes deverão entregar ao Agente de Contratação ou à Equipe de Apoio, impreterivelmente, até o horário e data marcados, o **“Envelope nº 1 – Proposta Comercial”**, devidamente lacrado, o qual conterá a proposta de preços.

2.3. O **“Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação”**, será entregue somente pelo licitante vencedor, nos termos do artigo 63, inciso II da Lei nº 14.133/21.

2.4. Em ambos deverá conter as informações:

DIA: 27/12/2024.

HORA: 09:30 horas.

LOCAL: Sala de Licitações do SAESA-SCS situada no pavimento superior do prédio sede, localizado à Av. Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, São Caetano do Sul/ SP.

2.4.1. Se não houver expediente nessa data, os envelopes serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.

2.4.2. A abertura dos envelopes e demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital e seus Anexos.

2.4.3. Os Documentos de Habilitação serão recebidos e abertos após declaração de vencedor, nos termos do item 2.3.

3. DO OBJETO E DA VISTORIA TÉCNICA

3.1. OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.2. Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.

3.3. CONDIÇÕES GERAIS

QUANTITATIVO ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.
1. LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO			
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150,00
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800,00
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150,00
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600,00
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600,00
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500,00
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500,00
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30,00
1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição	HD	352,00
1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. com guindaste	HD	176,00
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000,00
2. SERVIÇOS OPERACIONAIS			
2.1	Inspeção em sistema de drenagem urbana	km	100,00
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	m	50,00
2.3	Inspeção em ramais de águas pluviais por teste de corante.	Unidade	50,00
2.4	Televisamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500,00
2.5	Cadastro de galerias/redes de águas pluviais	m	1.000,00
3. SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM			
3.1	Relatório de acompanhamento.	Unidade	12,00
3.2	Relatório de diagnóstico.	Unidade	1,00
4. SERVIÇO TÉCNICOS			
4.1	Reparos pontuais em redes de ø 300mm a ø 400mm	Unidade	7,00
4.2	Reparos pontuais em redes de ø 400mm a ø 600mm	Unidade	7,00

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável a critério da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Os serviços deverão ser executados com a observância dos seguintes pressupostos legais:

- Lei 10.257/01 – Estatuto das Cidades;
- Lei 11.445/07 – Lei Nacional de Saneamento Básico, atualizada pelo Novo Marco do Saneamento Básico;
- Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445/2007;
- Lei nº 14.133/2021 e regulamentos.
- Termo de Referência e demais Documentos e Anexos contidos neste Edital.

3.6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.6.1. O objeto da contratação está previsto de acordo com a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, considerando que não há Plano de Contratações Anual vigente.

3.6.2. O município de São Caetano do Sul possui índices de distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgotos e coleta de resíduos sólidos próximos a 100 % de atendimento. Porém, um dos principais impactos sofridos pela população são as enchentes, consequência da insuficiente drenagem metropolitana – sistema do qual o município faz parte - alta impermeabilização do solo e ausência de áreas verdes.

3.6.3. Tão preocupante quanto os picos de vazão e o grande volume de escoamento superficial é a qualidade das águas pluviais encaminhadas ao sistema de drenagem e aos cursos d'água. Ela é responsável pela condução de hidrocarbonetos, matéria orgânica, sedimentos e metais pesados acumulados no período de estiagem, com cargas que se assemelham em escala horária as cargas anuais dos sistemas de esgoto sanitário. Sabe-se que a maior carga de poluição decorrente de um evento de chuva está nos instantes iniciais desta.

3.6.4. A ocupação urbana está em boa parte nas áreas de várzeas e em outra parte nos divisores de águas, dadas as declividades verificadas no município de São Caetano. Não há favelas e outras ocupações irregulares sobre cursos d'água afluentes das bacias. Dessa forma, além dos investimentos em obras de ampliação e melhoria do sistema de drenagem urbana, faz-se necessária a manutenção e limpeza do sistema existente.

3.6.5. Ele é constituído de galerias de águas pluviais, ramais, poços de visitas, bocas de lobo, canaletas, canais, tubos, caixas, lançamentos entre outros.

3.6.6. A contratação de empresa terceirizada com experiência comprovada na execução dos serviços objeto da pretensa contratação, atende os princípios de economicidade e eficiência, sendo essencial devido à complexidade técnica envolvida na execução dos serviços.

3.6.7. A utilização de mão de obra especializada e disponibilização de veículos, equipamentos, ferramentas e materiais modernos, são fundamentais para atender com agilidade e eficiência todas as demandas de manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem do município, evitando transtorno para os munícipes, riscos à saúde pública e danos ao meio ambiente.

3.7. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.7.1. Segundo o Plano municipal de Drenagem de São Caetano do Sul, o sistema tradicional de drenagem urbana deve ser considerado como composto por dois sistemas distintos: o sistema de microdrenagem e sistema de macrodrenagem.

3.7.2. Integra o sistema de microdrenagem as sarjetas, sarjetões, caixas coletoras, tubos de drenagem, poços de visita e demais componentes necessários para a condução das águas pluviais no ambiente urbano e sua condução até a rede principal, em geral localizada nos talvegues naturais. O sistema de macrodrenagem é composto de canais naturais e talvegues e demais obras implantadas para o adequado dimensionamento dos mesmos, incluindo, canais artificiais, galerias e reservatórios de detenção.

3.8. SISTEMA DE MACRODRENAGEM

3.8.1. Os principais cursos d'água que limitam ou cruzam o município de São Caetano do Sul são: rio Tamandateí (divisa com São Paulo), ribeirão dos Meninos (divisa com São Paulo e São Bernardo do Campo), córrego Utinga (divisa com Santo André), córrego das Grotas (divisa com Santo André) e córrego Moinho (cruza a área do município). As áreas de contribuição desses cursos d'água caracterizam-se por uma urbanização densa com altas taxas de impermeabilização.

3.8.2. No município também está implantado um reservatório de detenção ("piscinão") denominado RM-11, localizado na bacia do ribeirão dos Meninos, ao longo da Av. Guido Aliberti, apresenta 1,9 Km de extensão e capacidade total para armazenar em torno de 235.000 m³ de água.



Figura1 – Sistema de Macrodrenagem – São Caetano do Sul

3.9. SISTEMA DE MICRODRENAGEM

3.9.1. O município é dividido em seis bacias de drenagem denominadas Bacia A, Bacia B, Bacia C, Bacia D, Bacia E e Bacia F, essa divisão considera tanto a topografia do terreno como a presença de redes de drenagem de águas pluviais.

3.9.2. O sistema de microdrenagem é composto principalmente por guias e sarjetas, sarjetões, poços de visita (PVs), galerias de águas pluviais (GAPs), bocas de lobo (BLB), bocas de leão (BL), canaletas e grelhas especiais, além de 4 Estação Elevatória de Águas Pluviais (EEAPs).

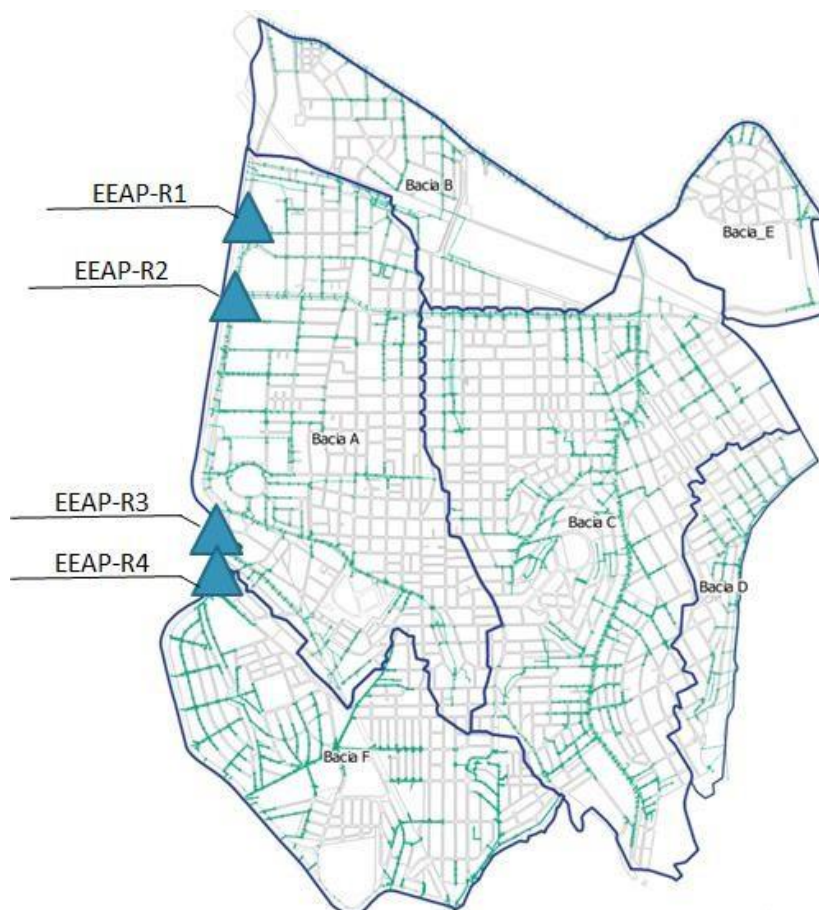


Figura.2 – Bacias de drenagem do município de São Caetano do Sul – Delimitação final

3.9.3. A tabela a seguir apresenta o resumo quantitativo do sistema.

Tabela1 – Resumo quantitativo do sistema de drenagem urbana do município de São Caetano do Sul

Item	Unidade	Quantidades						
		A	B	C	D	E	F	TOTAL
Microbacias	unid.	2303	518	3060	560	151	1001	8439
GAP	Km	30,30	10,96	31,90	8,56	5,10	18,6	105,42
PVs	unid.	584	148	812	120	50	329	2043
Bocas de lobo/leão	unid.	1082	291	1279	189	108	587	3536
Caixas	unid.	39	3	13	3	0	5	63
Lançamentos	unid.	31	68	26	4	36	37	202

Fonte – Plano municipal de Drenagem do município de São Caetano do Sul

3.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.10.1. MANUTENÇÃO

3.10.1.1. A manutenção pode ser definida como o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional das galerias e redes águas pluviais de forma a reduzir o risco de falhas de seus sistemas constituintes devido ao mau funcionamento de seus componentes.

3.10.2. A manutenção se dá através de três práticas básicas, a saber:

3.10.2.1. Manutenção corretiva: caracteriza-se como uma intervenção realizada após a ocorrência de eventuais falhas do sistema ou até mesmo após seu funcionamento;

3.10.2.2. Manutenção preventiva: é uma intervenção programada que tem como objetivo manter a disponibilidade do sistema de drenagem para quando for requisitado;

3.10.2.3. Manutenção preditiva: permite garantir uma qualidade desejada do funcionamento do sistema de drenagem, por meio de análises e supervisões sistemáticas do sistema visando diminuir as manutenções corretiva e preventiva, ou seja, a manutenção preditiva é uma técnica de gerenciamento da manutenção.

3.10.3. Os serviços de manutenção do sistema de drenagem urbana de São Caetano do Sul, visam a execução de limpezas no sistema de drenagem, (redes,

ramais, galerias, canaletas, poços de visita, bocas de lobo, bocas de leão e etc.) existente em todo o município de São Caetano do Sul. A fim de proporcionar o escoamento rápido das águas que percorrem as sarjetas até os pontos de captação das redes, evitando pontos de alagamento, preservando a saúde pública e ambiental.

3.10.4. Definem-se Limpeza e manutenção de canais pluviais, como o conjunto de operações de capinação, destocamento, escavação e remoção de resíduos, a fim de permitir o livre escoamento das águas pluviais ao longo de suas calhas.

3.10.5. Define-se Limpeza e desobstrução de caixas, galerias e travessias como um conjunto de operações que visam à remoção de resíduos do interior das linhas tronco, linhas secundárias, ramais coletores, dispositivos de inspeção e de coleta.

3.11. LIMPEZAS E DESOBSTRUÇÕES

3.11.1. A autorização para a execução dos serviços nas vias públicas será intermediada pelo SAESA-SCS junto a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB.

3.11.2. Os sólidos removidos deverão ser segregados da água, em estação de desidratação licenciada pela CETESB. Após o processo de desidratação, a Contratada deverá efetuar a descarga dos resíduos gerados e os efluentes líquidos à ETE ou aterros sanitários licenciados, contratados pela empresa.

3.11.3. Entenda-se por segregado: separado, desaguado, adensado, desidratado, com remoção total ou parcial da água.

3.11.4. Este contrato não permite a adição de nenhum tipo de produto químico, apenas processos físicos.

3.12. TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

3.12.1. O material seco removido poderá ser estocado em local licenciado, devidamente acondicionado em sistema estanque para transporte posterior e envio para aterro.

3.12.2. A distância média considerada entre o local dos serviços e o local de disposição final para esse transporte é de no máximo 42 km.

3.12.3. Deverá ser preenchido o “Manifesto de Transporte de Resíduos” que acompanhará a carga até o local de despejo dos resíduos sólidos, para que o mesmo oficialize o direcionamento para o local adequado. Esse manifesto é o documento oficial para que a medição do serviço contratado seja realizada. Assim deverá ser preenchido rigorosamente dentro das exigências deste edital;

3.12.4. A contratada deverá apresentar à unidade responsável pelo recebimento, o “Manifesto de Transporte de Resíduos”, devidamente preenchido.

3.12.5. Aferição do Peso bruto do Veículo na balança, após o descarregamento do material no pátio, o veículo será novamente pesado.

3.12.6. O ticket da Balança deverá ser grampeado ao Manifesto de Transporte de Resíduos, contendo as informações sobre o peso bruto, peso líquido.

3.12.7. O Manifesto será preenchido em três vias:

1ª via SAESA-SCS.

2ª via Aterro.

3ª via CONTRATADA.

3.13. **DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS**

3.13.1. O aterro deverá atender todas as exigências dos órgãos ambientais, bem como estar habilitado para o recebimento de resíduos não inertes e não perigosos Classe IIA, conforme NBR 11.174/90.

3.13.2. Em até 15 (quinze) dias da lavratura do contrato a contratada deverá apresentar Carta de Anuência do Aterro para o recebimento dos resíduos e cópia da Licença de Operação.

3.13.3. O pagamento do Aterro contratado para a disposição dos resíduos é de exclusiva responsabilidade da Contratada.

3.14. **LIMPEZA DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS, REDES, RAMAIS POÇOS DE VISITAS, BOCAS DE LOBO E BOCAS DE LEÃO**

3.14.1. Limpeza mecanizada de galerias, ramais, bocas de lobo/leão, poços de visitas, canaletas, grelhas, tubos e conexões, com a utilização de equipamento combinado hidrojato de alta pressão / sugador de alta potência com desidratação e transportes dos resíduos para o aterro sanitário.

3.14.2. O hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção a vácuo consiste na execução da limpeza de redes através de ação hidrodinâmica. O serviço de limpeza por sucção consiste, basicamente, na remoção de detritos líquidos, semilíquidos e sólidos, confirmando-os em depósito estanque, que integra o equipamento.

3.14.3. A pressão de operação do equipamento é função da natureza de cada serviço e da extensão de avanço da mangueira.

3.14.4. Estas limpezas poderão acontecer através de solicitações individuais e programadas de formas pontuais ou em inseridas nas limpezas gerais da bacia ou ainda emergenciais.

3.14.5. Deverá ser preferencialmente utilizado equipamentos mecânicos para estes serviços, e em situações adversas poderão ser realizadas manualmente.

3.15. Equipamentos para limpeza e desassoreamento

Para limpeza e desassoreamento de galerias e redes de águas pluviais deverão ser utilizados um conjunto de equipamentos desenvolvidos para limpeza de sistemas de drenagem que promovam o desmonte dos sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

Para a eficiência e a eficácia da execução dos serviços de limpeza e desassoreamento, os equipamentos necessários são os constituídos dos seguintes elementos básicos, conforme abaixo descrito:

3.15.1. Para Equipamentos por hidrojateamento:

3.15.1.1. O equipamento utilizado para a limpeza por ação de jato de água a alta pressão deverá exercer uma ação de limpeza e desassoreamento nas mais diversas condições da tubulação, sempre seguros de preservar sua total integridade, garantindo uma vazão mínima necessária para o arraste de todo material depositado na tubulação, permitindo a sucção de misturas de água e sólidos ou apenas dos sólidos;

3.15.1.2. Os equipamentos deverão atender as condições de segurança para os operadores, o entorno e para os próprios equipamentos;

3.15.1.3. O carretel deve ter acionamento hidráulico e ser dimensionado mecanicamente para suportar os esforços resultantes do trabalho, assim como as mangueiras de alta pressão com extensão de no mínimo 120 (m);

3.15.1.4. Os bicos das mangueiras deverão ter capacidade de vazão e pressão compatíveis com as fornecidas pela bomba, e dimensionadas para realizar o arraste dos detritos dentro das tubulações até os PVs levando-se em conta os diâmetros constantes NESTE Termo de Referência. Deverá possuir sistema auxiliar de limpeza, necessário para manter o local e equipamentos livres de detritos, que possam contaminar o meio ambiente;

3.15.1.5. A pressão de operação do equipamento deverá ser definida em função da natureza de cada serviço e da extensão de avanço da mangueira, garantindo assim a segurança dos operadores e da rede coletora.

3.15.1.6. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

3.15.2. Desobstrução a Alto e Baixo vácuo

3.15.2.1. Execução de desobstrução através de sucção a alto ou baixo vácuo efetuada de acordo com as especificações técnicas, envolvendo a mobilização de equipe e equipamentos, sinalização do local em cones e cavaletes conforme normas vigentes, montagem e instalação dos equipamentos, desobstrução e limpeza do trecho por alto vácuo em PV ou PI, desmontagem dos equipamentos, fechamento de PVs utilizados no processo e limpeza do local.

3.15.2.2. Devem ser registradas imagens fotográficas, conforme especificação técnica.

3.15.2.3. Equipamentos: veículo equipado com conjunto de equipamentos desenvolvidos para limpeza de sistema de drenagem que promovam o desmonte dos sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

3.15.3. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

3.16. Galerias ou redes com diâmetros acima de 600 mm

3.16.1. As tubulações com diâmetros acima de 600 mm exigem a utilização de equipamentos de limpeza e desobstrução com características mínimas próprias para esse porte, pois equipamentos com menores capacidades não possuem as condições mínimas para efetuar a remoção adequada dos sedimentos:

3.16.2. Equipamento que permita a sucção de misturas de água e sólidos (areias, pequenas pedras, lodo, etc.) através de bomba de sucção. Nossa experiência mostra que a vazão mínima deve ser de 3.000 (L/min), pois abaixo deste valor o sistema não possui potência para succionar os resíduos;

3.16.3. Equipamento com bombas de alta pressão para o sistema de hidrojateamento, com pressão de trabalho mínima de 150 (Kg/cm²) e vazão mínima nos bicos da mangueira de 800 (L/min), pois equipamentos sem essas condições mínimas não efetuam o desmonte hidráulico total dos sedimentos.

3.17. Caminhão Pipa

3.17.1. Nos serviços de Lavagem de rede a Contratada deverá disponibilizar sempre que solicitado, caminhão pipa com tanque de no mínimo 5.000l, que deverá preferencialmente água de reuso, o SAESA SCS, disponibilizará os locais de captação de água de poço para a realização dos trabalhos em São Caetano do Sul, mediante a liberação do Encarregado de Campo.

3.18. Equipamento de Hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição

3.18.1. Disponibilização de equipe para execução de limpeza e desobstrução do sistema de drenagem através de sucção a alto ou baixo vácuo e hidrojateamento efetuada de acordo com as especificações técnicas, envolvendo a mobilização de equipe e equipamentos, sinalização do local em cones e cavaletes conforme normas vigentes, montagem e instalação dos equipamentos e limpeza do local.

3.18.2. Devem ser registradas imagens fotográficas, conforme especificação técnica.

3.18.3. **Equipamentos:** 01 (um) veículo equipado com conjunto de equipamentos desenvolvidos para limpeza de sistemas de drenagem que promovam o desmonte dos sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

3.18.4. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

3.18.5. Este serviço será pago por HD (hora disponibilizada da equipe e do equipamento), e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou de segunda a sexta (mediante solicitação da contratante), conforme critério de medição.

3.19. CAMINHÃO CARGA SECA COM GUINDASTE

3.19.1. Disponibilização de caminhão carga seca com capacidade de 8 ton. com guindaste para suporte auxiliar dos serviços de limpeza e desobstrução.

3.19.2. Deverá ser disponibilizado o motorista/operador junto com o equipamento.

3.20. LIMPEZA DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS E ESPAÇOS CONFINADOS

3.20.1. Deverão ser realizados sempre que solicitado e necessário para a retiradas de sólidos que não são removidos com equipamento de hidrojateamento ou sucção. Assim como corte raízes, raspagens e desassoreamentos com por exemplo borras de concreto com a utilização de marteletes. Estes serviços deverão ser acompanhados por profissional da segurança do trabalho com equipe devidamente treinada e utilizando equipamentos de proteção adequados.

3.20.1.1. Equipamentos

- Serra mármore;
- Martelete;
- Ferramentas manuais em geral.

3.20.1.2. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante;
- Técnico de Segurança do Trabalho.

3.21. Limpeza desobstrução de pontos de lançamentos em córregos, limpeza de desassoreamento em córregos, rios e canais e pontos de lançamento

3.21.1. Deverão ser realizados sempre que solicitado e necessário para a retiradas de sólidos, vegetações, manutenção e engraxamento das válvulas Flap e outros que estejam obstruindo a passagem da água em córregos, rios e canais, utilizando ferramentas manuais e/ou mecânicas, tais como pás, picaretas, serrotes, serras. Estes serviços deverão ser acompanhados por profissional da segurança do trabalho com equipe devidamente treinada e utilizando equipamentos de proteção adequados.

3.21.2. Em caso da necessidade de desassoreamento de córregos e canais abertos deverão ser utilizados equipamentos adequados para o trabalho, tais como bobcats, escavadeiras ou outros que melhor atendam às necessidades do local.

3.21.3. Equipamentos

- Escavadeira ou Bobcat;
- Engraxadeira;
- Ferramentas manuais em geral.

3.21.4. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de escavadeira ou bobcat;
- Operador de Equipamento;

- Ajudante.

3.22. SERVIÇOS OPERACIONAIS

A metodologia a ser aplicada para a gestão operacional da manutenção dos sistemas de Água Pluvial consiste num processo de melhoria contínua.

Devem ser desenvolvidos planos de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, organizando a execução dos serviços operacionais de manutenção dos componentes do sistema de Água Pluvial, diagnosticando a origem das anomalias e sanando-as de forma a promover um processo de melhoria contínua, com vistas a maximizar a capacidade de escoamento hidráulico, gerando confiabilidade operacional e promovendo positivamente a imagem do SAESA- SCS.

Para tanto, o SAESA- SCS fornecerá em meio digital o cadastro existente da rede de escoamento hidráulico de águas pluviais, os quais deverão ser plotados espacialmente para definição da criticidade das bacias de drenagem, facilitando a priorização de seu tratamento.

As atividades previstas para atingir esse processo de melhoria contínua, a serem desenvolvidas pela CONTRATADA, estão abaixo relacionadas.

3.23. INSPEÇÃO EM SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

3.23.1. Varredura na rede de drenagem identificando, através de Inspeção visual da extensão total de 100% da rede de drenagem a cada ano, a existência de anomalias tais como obstruções, extravasamentos em BL's, tampões de GAP's encobertos ou desnivelados, divergências cadastrais e demais anomalias que possam ser identificadas através de inspeção visual. Nesta inspeção devem ser verificados os rios, córregos, canais e pontos de lançamento, avaliando as condições e necessidades de manutenção e limpeza.

3.23.2. A inspeção visual tem por objetivo fornecer as indicações necessárias a um diagnóstico do sistema de drenagem da Bacia que permita a identificação de problemas de origem estrutural, hidráulica, geométrica ou construtiva.

3.23.3. Deverão ser inspecionadas anualmente todas as singularidades (GAPs, BLs e Galerias) da extensão total das sub-bacias críticas, através do levantamento dos tampões, preenchendo em formulário individual específico e registro digital (com fotos) das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção do sistema de drenagem.

3.23.4. A inspeção visual do sistema será aplicada no diagnóstico de redes de águas pluviais e será realizada na extensão total das redes existentes ou sempre que seja identificada alguma alteração no funcionamento da rede.

3.23.5. Durante a inspeção será realizado o registro fotográfico do interior de todas as singularidades, independentemente das condições encontradas serem satisfatórias ou não, para identificação das condições estruturais e operacionais, dando origem a um relatório que deverá conter a descrição dos principais eventos e sua localização, tais como:

GAPs, BLs e Pvs:

- Pontos de infiltração;
- Configuração inadequada de BLs;
- Arriamento do fundo da BL;
- Degrau invertido;
- Existência de extravasores;
- Comprometimento estrutural;
- Tampa de BL deslocada;
- Ausência de tampa;
- BL desnivelado;
- BL afogado;
- Tubulão danificado;
- Condição de cestos;
- Condição estrutural aparente;
- Nível de operação máximo superior à tubulação de entrada;
- Existência de entulho em BL, GAP, Boca de Leão e Galeria;
- Ausência de tampas e
- Nível de conservação estrutural, hidráulica.

Rios, córregos, canais e pontos de lançamento

- Manutenção nas válvulas flap;
- Desobstrução;
- Capina;
- Roçada;
- Dragagem;
- Taludes;
- Gabiões e
- Gramados.

3.23.6. A contratada deverá verificar as condições gerais das singularidades de sistema de captação e escoamento de águas pluviais, fornecendo todos os dados acerca das condições físicas.

3.23.7. Os eventuais assoreamentos e demais defeitos encontrados nas tubulações que dificultem ou impeçam o fluxo normal do escoamento, deverão ser

relacionados e apontados em croquis com as devidas amarrações para orientação e programação das intervenções.

3.23.8. A identificação e numeração fornecida às singularidades pela contratada deverão estar em consonância com aquela adotada dentro do SAESA- SCS e em hipótese alguma deverá haver discordância ou dúvida entre a identificação destas. No caso de ambiguidade, a contratada deverá recorrer ao Encarregado de Campo, a qual fornecerá a identificação a ser adotada.

3.23.9. A contratada deverá iniciar os serviços com todos os meios necessários e suficientes para garantir a boa execução dos serviços (pessoal, material, equipamentos, acessórios, utensílios, ferramentas, EPIs e EPCs).

3.23.10. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa (tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital, permitindo integração à ferramenta interativa e ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA- SCS. Estes relatórios individuais deverão ser sintetizados e dispostos no Relatório de Diagnóstico e Prognóstico de forma clara e sucinta.

3.23.11. Deverão ser cadastradas as singularidades que, porventura, não estejam anotadas nas plantas cadastrais ou, ao contrário, que estejam anotadas, mas não existam fisicamente. Também aquelas singularidades encobertas pela reposição ou alteração da pavimentação deverão ser localizadas, e comunicadas para que o SAESA SCS, execute a descobertas e a Contratada possa realizar a inspeção.

3.23.12. Os relatórios individuais de cada inspeção serão registrados no banco de dados com acesso pela Ferramenta Interativa, utilizando-se uma legenda apropriada a ser definida previamente em conjunto com O SAESA-SCS, permitindo o acesso dos locais identificados aos filmes e fotos digitais.

3.23.13. A solução de problemas eventualmente apontados pela contratada e relacionados a reparos em estruturas civis e manutenção em instalações hidráulicas será de responsabilidade do SAESA-SCS.

3.23.14. **Equipamentos e Materiais**

3.23.14.1. O conjunto deve ser constituído basicamente de:

3.23.14.1.1. Veículo utilitário para o transporte do pessoal e equipamentos;

3.23.14.1.2. Sistema de comunicações entre equipes;

3.23.14.1.3. Máquina fotográfica digital;

3.23.14.1.4. Ferramentas

3.23.14.1.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

3.24. **TESTE DE FUMAÇA**

3.24.1. Deverão ser inspecionados os trechos das microbacias críticas que apresentarem evidências de interligação com o sistema de esgoto ou condições críticas em consequência de influxos de origem desconhecida, através da introdução de fumaça na tubulação por meio de sopradores específicos para tal fim, preenchendo em formulário individual específico e registro digital das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção da rede de drenagem.

3.24.2. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa (tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital. Estes relatórios individuais deverão ser sintetizados e dispostos no Relatório de Diagnóstico e Prognóstico de forma clara e sucinta. Ademais, deverá ser prevista a integração ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA-SCS.

3.24.3. **Equipamentos e materiais**

3.24.3.1. Serão utilizados na realização da atividade os seguintes equipamentos:

3.24.3.1.1. Bomba de fumaça específica para este fim, com capacidade de produção de, no mínimo, 1.200 m3 de fumaça a cada 3 minutos;

3.24.3.1.2. Câmera fotográfica digital;

3.24.3.1.3. Bloqueadores infláveis para diferentes diâmetros de rede;

3.24.3.1.4. Insufladores de ar;

3.24.3.1.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

3.24.3.2. **Procedimentos para execução dos serviços**

3.24.3.2.1. O comprimento máximo do trecho a ser bloqueado será de 250 (duzentos e cinquenta) metros;

3.24.3.2.2. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos única e exclusivamente no período diurno;

3.24.3.2.3. Não serão realizados testes de fumaça nos dias em que ocorrerem chuvas;

3.24.3.2.4. A fumaça deverá ser atóxica, inodora, antialérgica e não produtora, em nenhuma hipótese, de desconforto físico a outrem, manchas em paredes, vestuário ou outros bens móveis, imóveis ou semoventes, bem como não deve persistir por tempo em demasia, causando objeção ou persistência ambiental além do necessário para o diagnóstico;

3.24.3.2.5. Deverá haver a distribuição prévia de folhetos aos moradores, comércio em geral e ao Corpo de Bombeiros da região, com agendamento prévio de, no mínimo, dois (2) dias, comunicando a operação e esclarecendo a respeito da realização dos serviços;

3.24.3.2.6. O folheto deverá conter informações básicas sobre os trabalhos que serão desenvolvidos, seu objetivo, procedimentos a serem adotados na eventualidade de surgir fumaça no interior dos imóveis, telefones e endereços para contato, além do nome do responsável que deverá ser contatado no caso de dúvidas ou esclarecimentos adicionais;

3.24.3.2.7. O material a ser produzido e distribuído deverá ser previamente aprovado pelo SAESA-SCS;

3.24.3.2.8. Deverá ser realizado agendamento adequado às características de sazonalidade da região e sempre em comum acordo com o Encarregado de Campo do SAESA-SCS;

3.24.3.2.9. A contratada deverá, ainda, checar os horários em que o trabalho poderá ser realizado em função da autorização recebida pela SEMOB, preparando e sinalizando os trechos a serem inspecionados, de modo a garantir a segurança do tráfego local, dos transeuntes e dos funcionários envolvidos;

3.24.3.2.10. Todos os pontos que apresentarem afloramento de fumaça deverão ser registrados através de câmera fotográfica digital e/ou filmadora. As imagens obtidas deverão ser incorporadas ao relatório a ser entregue à SAESA-SCS; para cada ponto onde for detectado o afloramento de fumaça será feito um croqui com a indicação de sua localização;

3.24.3.2.11. Os testes somente poderão ser realizados com lâmina de água de, no máximo, meia seção de tubo; caso a rede esteja trabalhando sob pressão (a plena seção ou afogada), os testes somente poderão ser realizados mediante o bloqueio da rede coletora, através de obturadores pneumáticos, e esgotamento do trecho com bombas;

3.24.3.2.12. O bloqueio da rede de drenagem, eventualmente, da galeria de águas

pluviais será de responsabilidade da empresa contratada;

3.24.3.2.13. Serão utilizadas, basicamente, duas equipes de campo:

a) A primeira equipe desenvolverá as atividades de segurança e preparação dos trechos a serem diagnosticados, o bloqueio parcial da rede e a abertura dos poços de acesso das redes vizinhas, para possibilitar a identificação da presença de fumaça no sistema.

b) A segunda equipe será responsável pela realização do teste de fumaça, consistindo na utilização da bomba de fumaça, na instalação dos insufladores de ar para pressurização da fumaça no interior do segmento de rede e da identificação dos pontos que apresentarem afloramento.

3.24.3.3. **Considerações importantes**

3.24.3.3.1. O teste de fumaça será utilizado como auxiliar na identificação de pontos de influxo e infiltração nas redes, sem, no entanto, determinar o volume admitido nem tampouco revelar o ponto exato por onde a fumaça escapa, ou seja, o teste apenas aponta o ponto por onde a fumaça aflora para a superfície.

3.24.4. **TESTE DE CORANTE**

3.24.4.1. Deverão ser inspecionados os trechos das microbacias críticas, que apresentarem evidências de contribuição de ligações domiciliares de esgoto com a rede de drenagem ou de ligações de drenagem pluvial com a rede de esgoto, através da introdução de tinta corante na ligação, identificando o ponto de saída na rede, preenchendo em formulário individual específico e registro digital das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção da rede coletora.

3.24.4.2. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa (tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital, permitindo integração ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA-SCS.

3.24.5. **Equipamentos**

O conjunto deve ser constituído basicamente de:

3.24.5.1. Veículo utilitário para o transporte de pessoal e equipamentos;

3.24.5.2. Sistema de comunicações entre equipes;

3.24.5.3. Máquina fotográfica digital;

3.24.5.4. Bisnagas com corantes em cores variadas e

3.24.5.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

3.25. INSPEÇÃO POR TELEVISIONAMENTO DE REDES COLETORAS COM LAVAGEM PRÉVIA DA REDE A SER INSPECIONADA.

A inspeção por televisionamento, com lavagem prévia, será aplicada no diagnóstico de ramais prediais e redes coletoras, e será realizada apenas nas sub-bacias consideradas críticas.

Os serviços serão realizados nos locais críticos a partir da análise da inspeção visual e histórico de ocorrências indicados, onde os trechos a serem televisionados deverão ser previamente aprovados pela fiscalização SAESA-SCS.

A atividade de inspeção por televisionamento deverá sempre vir precedida de lavagem preventiva do trecho a ser inspecionado, com o uso de equipamento de hidro jato de alta pressão "sewer-jet". Esta medida é imprescindível para obtenção de resultados satisfatórios do televisionamento.

3.25.1. Especificação dos Serviços

3.25.1.1. Lavagem da Rede

Na extensão total dos trechos críticos, deverá ser executado o serviço de hidrojateamento da rede coletora, para arraste dos resíduos nela existentes, tais como areia, paus, pedras, gordura, etc., até as singularidades a jusante, devendo atender à NTS 207 (norma Sabesp).

Os serviços de lavagem da rede deverão ser relacionados aos de televisionamento, dispostos em relatórios específicos que consolidem ambas as atividades, registrados no banco de dados, permitindo sua integração a ferramenta interativa, utilizando-se uma legenda apropriada a ser definida previamente em conjunto com o SAESA-SCS, permitindo o acesso do histórico dos serviços executados de televisionamento precedido de lavagem.

3.25.1.2. Inspeção por Televisionamento

A inspeção por televisionamento deverá atender à NTS 215 e consiste na utilização de equipamento de circuito fechado de televisão para inspeção com registros gravados, cuja finalidade é a obtenção de um conjunto de informações que permita identificar as condições estruturais e hidráulicas existentes.

Durante a inspeção das sub-bacias críticas será realizada a filmagem do interior das tubulações para identificação das condições estruturais, dando origem a um relatório que deverá conter a descrição dos principais eventos e sua localização, tais como:

- ✓ Ocorrências de juntas deslocadas/desalinhas;
- ✓ Arreamentos nas tubulações;
- ✓ Ausência de parte do conduto;
- ✓ Bancos de sedimentos;
- ✓ Alteração da geometria da seção;
- ✓ Poços de visita ou inspeção encobertos;
- ✓ Interferências ou obstruções;
- ✓ Penetração de raízes;
- ✓ Interligações indevidas com redes clandestinas e/ou galeria de águas pluviais;
- ✓ Lançamentos clandestinos;
- ✓ Infiltrações;
- ✓ Recalques;
- ✓ Trincas;
- ✓ Lançamentos/extravasamentos em córregos.

Os eventuais arreamentos e demais defeitos encontrados nas tubulações que dificultem ou impeçam o fluxo normal das águas pluviais deverão ser relacionados e apontados em croquis com as devidas amarrações para orientação e programação das intervenções.

A **CONTRATADA** deverá dispor de dispositivos de bloqueio – tipo bloqueador inflável, para diversos diâmetros de canalizações, garantindo a estanqueidade de entrada de águas pluviais para a execução do televisionamento no trecho.

Conjunto de dispositivos eletrônicos desenvolvido para possibilitar a inspeção e diagnóstico da situação operacional de coletores de esgoto através de circuito fechado de televisão, a partir do diâmetro 150 mm.

A disposição interna do conjunto deve permitir o acompanhamento visual da inspeção pela fiscalização dos serviços, constituindo-se em uma unidade compacta e operacional.

O equipamento deverá ser previsto para apresentar as condições mínimas e indispensáveis de segurança para os operadores, para o próprio equipamento e em relação às normas de trânsito.

O conjunto deve ser constituído basicamente de:

- ✓ Veículo utilitário tipo Kombi ou similar;
- ✓ Sistema de geração de energia compatível com a demanda dos dispositivos eletrônicos;

- ✓ Câmera de vídeo compacta, alta sensibilidade, provida de fonte de iluminação própria regulável, para operar em coletores com diâmetros a partir de 150 mm;
- ✓ Cabo coaxial com, no mínimo, 250 metros de extensão, tipo KMF ou similar, compatível com a câmera de vídeo;
- ✓ Contador de distância percorrida pela câmera;
- ✓ Monitor de TV de, no mínimo, 14 polegadas;
- ✓ Sistema de gravação em mídia;
- ✓ Sistema de comunicações entre equipes;
- ✓ Máquina fotográfica digital;
- ✓ Carretel compatível com a extensão do cabo empregado;
- ✓ Conjunto motobomba de eixo flexível;
- ✓ Sistema de iluminação de ambiente ou com capacidade para operar num raio de 15 metros;
- ✓ Guinchos para tracionamento da câmera, provido de guias, roldanas e de, no mínimo, 250 metros de cabo de aço para movimentação da câmera no interior da tubulação;
- ✓ Painel de monitoramento da operação de filmagem e registro de dados na Gravação;
- ✓ Dispositivo de barragem;

A solução de problemas eventualmente apontados pela *CONTRATADA* e relacionados a reparos de ordem civil será de responsabilidade do *SAESA-SCS*.

Os relatórios de cada inspeção de televisionamento serão registrados em Compact Disc – CD ou pendrive contendo filmes e fotos digitais.

3.25.2. Equipamentos

3.25.2.1. Lavagem de Rede

O equipamento de hidrojateamento de alta pressão é desenvolvido para limpeza de sistema de redes coletoras de esgoto pelo princípio da ação hidrodinâmica nos resíduos.

O equipamento deverá ser previsto para apresentar as condições mínimas de segurança para os operadores e para o próprio equipamento.

O equipamento deverá ser constituído dos seguintes elementos básicos, de acordo com a NTS 207 (Norma Sabesp):

3.25.2.1.1. Caminhão adequado à montagem dos equipamentos e apropriado às condições de tráfego urbano;

3.25.2.1.2. Tanque de água limpa com capacidade mínima de 5.000l;

3.25.2.1.3. A bomba d'água do "Sewer-Jet" deverá desenvolver pressões de trabalho de no mínimo 14 MPa e uma vazão mínima de 200 litros por minuto com capacidade de variação gradual e suave da pressão;

3.25.2.1.4. Mangueiras adequadas à severidade dos serviços com diâmetro interno de uma polegada e comprimento de 120m;

3.25.2.1.5. Carretel com acionamento hidráulico, dimensionamento mecânico para suportar os esforços resultantes do tipo de trabalho;

3.25.2.1.6. Bicos de desobstrução para atender redes coletoras a partir de diâmetro de 150 mm constando de:

3.25.2.1.6.1. Um bocal com jatos de propulsão a 15 graus e frontal;

3.25.2.1.6.2. Um bocal com jatos de propulsão a 30 graus e frontal;

3.25.2.1.6.3. Um bocal com jatos de propulsão a 45 graus e frontal;

3.25.2.1.6.4. Um bocal rotativo (Vortex);

3.25.2.1.6.5. Um bocal tipo lança com seis furos de propulsão a 12 graus;

3.25.2.1.6.6. Um bocal para graxa (cebolão);

3.25.2.1.6.7. Um dispositivo para contenção de areia (Stand Trops) para diâmetros de 8", 10" e 12";

3.25.2.1.6.8. Sistema auxiliar de limpeza, necessário para manter o local e equipamentos livres de sujeiras.

3.25.2.1.6.9. Complementos:

3.25.2.1.6.9.1. Guias de direcionamento da mangueira de alta pressão;

3.25.2.1.6.9.2. Sistema de iluminação para trabalhos noturnos.

3.26. SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

A CONTRATADA deverá submeter à Seção de Drenagem Urbana - SDU, em até 30 dias (a contar da data da assinatura da ordem de serviços) o Plano de trabalho contendo cronograma e ações previstas e a serem realizadas nas áreas definidas em conjunto com a Encarregado de Campo, e, a Planta Geral do sistema de drenagem, com

indicação do elenco das sub-bacias que deverão ser priorizadas na execução dos serviços.

A Planta Geral deverá vir acompanhada de Relatório da Situação Atual, que demonstre o desenvolvimento técnico que conduziu ao produto apresentado na Planta Geral, os quais deverão ser atualizados semestralmente.

3.27. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

3.27.1. Todos os meses e até o término do período contratual, a CONTRATADA deverá elaborar o Relatório de acompanhamento do processo de melhoria contínua, com mapas temáticos assinalando os serviços executados e a evolução dos indicadores.

3.28. RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO

3.28.1. Uma vez transcorridos os 180 dias de execução dos serviços de varredura operacional, a CONTRATADA deverá elaborar o Relatório de Diagnóstico e Prognóstico, apontando as causas dos problemas existentes, assim como as recomendações das intervenções corretivas necessárias para cada sub-bacia, de modo que ao fim deste período, a CONTRATADA terá apresentado os Relatórios de Diagnóstico e Prognóstico de todo o sistema hidráulico de esgotamento de água pluvial.

3.29. REPARO PONTUAL DE REDE

3.29.1. A reabilitação pontual, através de método não destrutivo pelo mesmo caminhamento da rede existente sem interrupção do fluxo, bloqueio ou rompimento da estrutura existente do sistema de drenagem é uma tecnologia usada para fazer reparos em redes que estejam com falhas estruturais e necessitam ser reparadas de forma rápida e segura. Devem ser executadas em galerias, redes, ramais, poços de visita, tubos e conexões com a utilização de componente químico de alta aderência especialmente desenvolvido para atuar em meio submerso e na presença de resíduos.

3.29.2. Os trabalhos podem ser executados sem a abertura de valas utilizando o poço de visita ou por outro meio de acesso existente a tubulação para o acesso. É composto por equipamentos portáteis e manta impregnada com resina, concebida especificamente para a reparação de condutos danificados e que adere especialmente a superfícies molhadas, obtendo uma superfície homogênea e regular.

3.29.3. O uso do reparo pontual interno é recomendado nos seguintes casos:

- Permeabilidade como infiltração ou infiltração nos pontos de conexão e pontos de passagem entre os tubos com diâmetros nominais diferentes;

- Mudança súbita na posição, rachaduras ou quebra dos tubos;
- Tratamento pela infiltração de raízes de árvores;
- Tubos desnecessários de alimentação que podem ser fechados permanentemente.

3.29.4. Como parte dos procedimentos preliminares deve-se remover todos os obstáculos existentes, que possam prejudicar o bom contato do revestimento, tais como obstruções, corpos pontiagudos e depósitos compactados com pontas afiadas, antes da execução dos serviços.

3.29.5. O acompanhamento do reparo deve ser feito por uma unidade de inspeção por televisionamento que deve apresentar as condições operacionais iniciais e após o processo de recuperação.

3.29.6. **Materiais**

3.29.6.1. O componente químico utilizado no reparo pontual interno é especialmente desenvolvido para atuar em meio submerso e na presença de resíduos, o que confere alta aderência para qualquer tipo de tubo e evita a necessidade de interromper o fluxo com sistemas de abastecimento provisório.

3.30 **Equipamentos**

3.30.1. Conjunto de dispositivos pneumáticos para fixação de manta impregnada estrutural no interior da tubulação danificada. Compreende:

- Veículo leve com motor flex;
- Equipamento de inspeção por televisionamento;
- Equipamento para aplicação da manta com resina;
- Compressor de ar diesel rebocável;
- Grupo gerador, motor diesel rebocável, acionamento manual;
- Resina com componentes para acelerar a cura
- Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho

3.31. **NORMAS, RESTRIÇÕES E LEGISLAÇÃO**

3.31.1. **Serviços em vias públicas**

3.31.1.1. A contratada deverá providenciar toda a documentação necessária para execução dos serviços em vias públicas, além do projeto de sinalização viária. A

autorização será intermediada pelo SAESA-SCS junto a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. (SEMOB).

3.31.2. Lei de zoneamento

3.31.2.1. A Contratada deverá atender integralmente a lei 4944/10 visando minimizar os fatores geradores de incomodidade, como ruído e odores junto à população do entorno. A Contratada deve ter ciência do conteúdo.

3.31.2.2. Para tanto consultar:

<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/legislacao/leis/lei-de-zoneamento.html>

3.32. Segurança e Saúde do Trabalho

3.32.1. Atendimento aos requisitos relativos ao Procedimento de Segurança e Medicina do Trabalho, visando o cumprimento da Legislação vigente relativa ao controle dos riscos de acidentes e agravos à saúde.

3.32.2. Os serviços deverão ser prioritariamente mecanizados.

3.32.3. Segurança e sinalização de trânsito

3.32.3.1. A Contratada tomará todas as providências necessárias para prevenir acidentes que possam ocorrer por falta ou deficiência de sinalização e/ou proteção das obras, assumindo total responsabilidade nessas ocorrências.

3.32.3.2. A Contratada deverá executar a preparação do local de modo a deixar a área de serviço em condições que permitam o acesso e a presença de seus funcionários, resguardando sua integridade física, devendo ser tomados todos os cuidados necessários à segurança, higiene do pessoal e do meio ambiente. Na execução desta atividade a Contratada empregará materiais e equipamentos a suas expensas;

3.32.3.2. A Contratada isolará ou fará interdições eventuais nos locais próximos ao local de execução dos serviços se necessário, para segurança dos empregados envolvidos, comunicando com antecedência a Encarregado de Campo. A sinalização para este serviço deverá obedecer aos dispositivos e exigências estabelecidos pelo SAESA-SCS;

3.32.3.3. A Contratada é responsável por qualquer infração de trânsito a ela aplicada, não obstante, estar ciente de toda Legislação de trânsito, inclusive as de âmbito local (municipal);

3.32.3.4. Para as atividades realizadas em vias públicas, o padrão das

vestimentas deverá contemplar faixas refletivas, dentro de um padrão de segurança idêntico ao adotado pela Contratada;

3.32.3.5. Independente da Legislação vigente, deverá haver no mínimo a sinalização preventiva com placas indicativas, cones de sinalização, cavaletes dispositivos de sinalização refletiva e iluminação de segurança ao longo da área de trabalho.

3.32.3.6. A Contratada será responsável pela limpeza de qualquer derramamento, bem como por suas consequências e danos ao SAESA-SCS ou a terceiros, seja na área dos serviços, vias e passeios públicos, bacias de captação, rios, córregos, lagoas, terrenos baldios, no percurso até o local de disposição, etc. Caso a Encarregado de Campo verifique qualquer ocorrência deste tipo, este contrato poderá ser suspenso ou rescindido ficando o serviço suspenso nesta data;

3.32.3.7. Independentemente das sanções previstas neste contrato, a Contratada responderá pelos danos ambientais que vier a causar, ficando obrigada a reparar ou a indenizar danos ambientais, sendo acionada diretamente;

3.32.3.8. Os serviços seguirão as especificações definidas neste Termo de Referência;

3.32.3.9. Os equipamentos deverão ser previstos para apresentarem as condições de segurança para os operadores, o entorno e para os próprios equipamentos;

3.32.3.10. O caminhão deverá ser adequado à montagem dos equipamentos e apropriado às condições de tráfego urbano, com indicação em local visível o PBT (Peso Bruto Total), a tara e lotação referente aos mesmos, segundo os limites de peso máximo impostos pela Legislação federal, estadual e municipal;

3.32.3.11. A Contratada deverá dispor de caminhão estanque que impeça o derramamento dos resíduos durante o transporte;

3.32.3.12. Faz parte dos serviços, o fornecimento de caminhões e equipamentos, adequados à remoção de todo o material retirado, sejam sólidos ou semi-sólidos e o seu transporte seguro à prova de vazamento (depósito estanque), evitando-se derramamento nas vias públicas, assim como respeitar a capacidade máxima de carga, em conformidade à Legislação local. Quaisquer taxas, tais como pedágios e eventuais multas serão de total responsabilidade da Contratada.

3.33. VEÍCULOS E EQUIPAMENTO

3.33.1. Os veículos pesados, máquinas e equipamentos, destinados a execução do serviço, não poderão ter idade superior a 10 (dez) anos, contados da data da fabricação, na assinatura do contrato. Será concedido a CONTRATADA um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura da Ordem de Serviços, para comprovação e adequação da frota.

3.33.2. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente e de forma automática os veículos pesados, máquinas e equipamentos que completarem 10 (dez) anos de uso, a contar do primeiro licenciamento.

3.33.3. A CONTRATADA deverá substituir os veículos, máquinas e equipamentos que apresentarem falhas, problemas ou defeitos que não possam ser resolvidos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da sua constatação, por outro veículo, máquina ou equipamento de qualidade igual ou superior, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.33.4. A CONTRATADA deverá prestar socorro mecânico aos veículos, inclusive em vias públicas (guincho).

3.33.5. Garantir, durante toda a contratação, o perfeito funcionamento dos sistemas e dispositivos operacionais dos veículos e equipamentos.

3.33.6. Adesivo: Conforme com layout a ser fornecido pelo SAESA. Todos os custos com a adesivagem ocorrerão por conta da contratada.

3.33.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar online, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado por igual período, sistema de rastreamento de todos os veículos e equipamentos a serviço do contrato. Esse sistema será acessível pela fiscalização e deverá permitir a emissão de relatórios de viagem contendo data, horários e todo o trajeto percorrido.

3.34. DO APARELHAMENTO TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.34.1. A Licitante deverá informar expressamente o aparelhamento técnico, ferramenta/maquinário/equipamentos/veículos, necessários à execução dos serviços e que ficarão disponíveis para execução dos mesmos;

3.34.2. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços, manterá em perfeitas condições de funcionamento o aparelhamento técnico;

3.34.3. O aparelhamento técnico a ser utilizado para execução dos serviços contratados, será submetido à vistoria técnica periódica pela fiscalização do SAESA-SCS, para comprovação das perfeitas condições de funcionamento do mesmo;

3.34.4. Quando os equipamentos relacionados não forem eficientes na execução de quaisquer serviços constantes no edital e no Anexo I-Termo de Referência, a fiscalização do SAESA/SCS poderá exigir a utilização de outro mais adequado à perfeita realização dos mesmos.

3.35. DA VISTORIA TÉCNICA

3.35.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica no local de prestação dos serviços, a fim de tomar conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, nos termos do artigo 63, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 14.133/21.

3.35.2. As vistorias serão acompanhadas por representantes do SAESA-SCS e acontecerão necessariamente durante o período de publicação do edital da licitação, salvo no período de suspensão do certame, caso houver, em horário comercial das 09 às 17 horas, cujo agendamento deverá ser efetuado previamente junto à Seção de Drenagem Urbana do SAESA-SCS, através dos e-mails: sdu@saesascsp.gov.br e dt@saesascsp.gov.br, ou pelos telefones (11) 2181-1859 (11) 2181.1816

3.35.3. Na ocasião da vistoria, será emitido o comprovante de vistoria técnica, assinado pelo representante do SAESA-SCS e da empresa participante, o qual deverá ser apresentado no Envelope Documentos de Habilitação.

3.35.4. As empresas que optaram em não realizar a vistoria técnica, deverão apresentar declaração, nos moldes do artigo 63, parágrafo 3º da Lei nº 14.133/24, e deverá constar no Envelope Documentos de Habilitação.

4. RETIRADA DO EDITAL

4.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital completo e seus anexos por meio eletrônico <https://portais.saocaetanodosul.sp.gov.br/licitacoes-saesa/Portal>, ou, caso não seja possível a retirada por meio eletrônico, o mesmo estará à disposição no Seção de Licitações e Gestão de Contratos do SAESA-SCS, situado no pavimento superior do prédio sede do Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de São Caetano do Sul, localizado à Av. Fernando Simonsen, 303 – Bairro Cerâmica, São Caetano do Sul/SP. A empresa interessada em adquirir o Edital pessoalmente deverá na ocasião da aquisição disponibilizar mídia removível (pen-drive);

4.2. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico do SAESA, nos termos do *caput* e § 2º do artigo 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.3. É importante o acesso frequente à página eletrônica do SAESA-SCS, tendo em vista que eventuais questionamentos sobre o edital e os devidos esclarecimentos serão divulgados por meio eletrônico, no endereço indicado, juntos ao respectivo edital, não sendo aceitas alegações de desconhecimento.

4.4. O interessado em participar desta licitação se obriga, ainda, a acompanhar no Diário Oficial Eletrônico de São Caetano do Sul e no endereço eletrônico, citado no item 4.1., eventuais alterações no teor do edital e/ou seus anexos.

5. DOS PRAZOS DE IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em quaisquer das seguintes formas:

➤ **por correspondência:** protocolada na Seção de Licitações e Gestão de Contratos, pavimento superior do prédio sede, situado à Av. Fernando Simonsen, nº 303 – Bairro Cerâmica, em São Caetano do Sul-SP, de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 17:00 horas;

➤ **pelo e-mail:** esclarecimento.lic@saesascsp.gov.br , sdu@saesascsp.gov.br c/c dt@saesascsp.gov.br

5.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no site do SAESA: <https://portais.saocaetanodosul.sp.gov.br/licitacoes-saesa/Portal>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2. Não serão aceitas consultas ou reclamações verbais, efetivadas através de ligação telefônica.

5.3. Aos interessados, cabe acessar assiduamente o sítio eletrônico do SAESA para se manter atualizados sobre o andamento do certame

5.4. Qualquer interessado, nos termos do § 4º do artigo 170 da Lei 14.133/21, poderá representar junto aos órgãos de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso a irregularidade arguida em sede de Impugnação, ou não tenha, através do pedido de esclarecimento, sanado as dúvidas suscitadas.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da licitação os interessados, designados licitantes, que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

6.2. O presente Edital se submete ao disposto na Lei Complementar 123/2006 e suas posteriores alterações, e aos termos da Lei Municipal 4660/08

6.3. Não poderão participar deste certame os licitantes que:

a) Se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto empresa em recuperação judicial, desde que apresentem durante a fase de habilitação o Plano de Recuperação, já homologado pelo juiz competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecido neste Edital, nos termos da Súmula 50 do TCESP;

b) Reunidas em Consórcio;

c) Cooperativas;

d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- j) estrangeira que não funcione no País;
- k) Declaradas inidôneas, de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156, §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/21 ou, ainda, que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto
- l) Que estiver inscrito em qualquer um dos cadastros:
 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis);
 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Cnia – CNJ)
 - Impedimento Contrato/Licitação – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
 - CADIN de São Caetano do Sul

6.4. Nenhuma licitante poderá participar desta Concorrência com mais de uma Proposta.

7. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

Antecedendo o ato de credenciamento das empresas participantes, o SAESA procederá a verificação junto aos Órgãos competentes, se aquelas, possuem algum impedimento que as impossibilitem de licitar e contratar, nos termos dos §§4º e 5º do artigo 156 da Lei 14.133/21, nos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Cnia – CNJ)
- Impedimento Contrato/Licitação – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- CADIN de São Caetano do Sul

7.1. Para participar deste certame, o representante da licitante apresentará ao Agente de Contratação e à Equipe de Apoio documento que o credencia, juntamente

com seu documento de identidade de fé pública, no dia da Sessão Pública, o Envelope 1 - Proposta.

7.1.1. Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos a prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob responsabilidade pessoal do sócio ou dirigente.

7.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte (ME e EPP), ora denominadas “pequenas empresas”, deverão estar devidamente representadas em todas as fases do certame licitatório, com amplos poderes, para os fins de exercerem os direitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.3. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ocorrer com a entrega da declaração *de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte* – Anexo IV e a juntada da documentação pertinente, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013, para o enquadramento em tela.

7.1.4. Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo V. Nesse caso, o preposto também entregará ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes e respectivas assinaturas dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

7.2. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

7.3. A documentação apresentada na primeira sessão, credencia o representante a participar das demais sessões, caso haja suspensão. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

7.4. Caso a licitante não deseje fazer-se representar na sessão de abertura, deverá encaminhar seus envelopes por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos Envelopes diretamente ao Agente de Contratação, **na data, hora e local indicados no subitem 2.1**, deste instrumento convocatório.

7.5. Quaisquer documentos, declarações e Procurações, que necessitem de assinatura, poderão ser identificados e assinados digitalmente em meio eletrônico, mediante certificado digital, nos padrões ICP-Brasil, nos termos do § 2º do artigo 12, da Lei Federal nº 14.133/21

7.6. Não serão aceitos documentos assinados de forma digitalizada (escaneada)

8. ENTREGA DA PROPOSTA

8.1. “ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”

8.1.1. A parte frontal do **“ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”** deverá constar os dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta

Concorrência nº 03/2024

Nome e CNPJ da Licitante

Data e horário da Abertura da Sessão Pública.

8.2. Deverá conter em seu interior a proposta de preços da empresa licitante que deverá ser apresentada no padrão sugerido do modelo do *“Anexo II – Proposta Comercial”*, inclusive, podendo o preenchimento se dar no próprio formulário do modelo fornecido, constando de forma clara, legível e precisa os elementos e requisitos ali mencionados, formulada em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, devidamente identificado com nome, documento de identidade de fé pública, e cargo.

8.3. Os preços unitários ou globais da proposta comercial, que valerão pelo prazo de vigência contratual, deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos com duas casas decimais, sem qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

8.4. Ocorrendo erros de cálculo na elaboração da proposta, estes serão sanados tomando-se por base o valor ofertado para o preço unitário no item correspondente, corrigindo-se os totais.

8.5. Aos preços ofertados pelas licitantes deverão estar inclusos, entre outros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, despesas operacionais, transporte, frete, carga e descarga, obrigações financeiras de qualquer natureza e demais componentes do custo da execução do objeto da presente licitação.

8.6. Devem ser considerados na proposta todos os custos diretos e indiretos, bem como: BDI, encargos, tributos, taxas, insalubridade, seguros, EPIs, transportes, veículos, equipamentos, materiais, insumos, despesas com recursos humanos e demais despesas necessárias para execução dos serviços nas condições previstas neste Termo de Referência, no edital e demais documentos anexos.

8.7. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial a composição de preços do BDI e Leis Sociais utilizados nos preços ofertados na Proposta Comercial.

8.7.1. O BDI deverá atender o Acórdão no 2.622/2013 – TCU – Plenário.

8.8. Nenhum item ou subitem do quantitativo e/ou especificação do objeto da licitação, fixados e constantes nos **Anexos I e II, Termo de Referência e Proposta Comercial**, respectivamente, do Edital desta licitação poderá ser alterado ou modificado, devendo o licitante ater-se ao seu preenchimento e dados solicitados, sob pena de desclassificação da proposta;

8.9. Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Autarquia.

8.10. Deverá ser entregue pelos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração subscrita por seu representante legal, elaborada em papel timbrado da empresa, afirmando que em sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme modelo constante do Anexo III

9. ABERTURA DA PROPOSTA E JULGAMENTO

9.1. A análise das propostas pelo(a) Agente de Contratação visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

9.1.1. Cujo objeto não atenda as especificações.

9.1.2. Que contenham vícios insanáveis.

9.1.3. Que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação

9.1.4. Que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo SAESA-SCS

9.1.5. Que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e do Termo de Referência, desde que insanável

9.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada

9.3. O SAESA poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/21

9.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate constantes no “caput” do artigo 60

9.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

9.5.1. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

a) O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

b) Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no subitem 9.5.1., estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6. Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado .

9.7. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo SAESA

9.8. A negociação será conduzida pelo Agente de Contratação e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Se a proposta for desclassificada o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9.10. Divulgado o julgamento das propostas de preços, proceder-se-á a análise dos documentos de habilitação da licitante primeira classificada

10. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

O envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação deverá ser entregue apenas pelo licitante declarado vencedor, nos termos do inciso II, art. 63 da Lei 14.133/21

10.1. “ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

10.1.1. A parte frontal do **“ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”** deverá constar os dizeres:

Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

Concorrência nº 03/2024

Nome e CNPJ da Licitante

10.2. **O ENVELOPE N° 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Deverá conter em seu interior os documentos devidamente autenticados, relacionados neste item.

10.2.1. Para a autenticação dos documentos deverão ser observadas as disposições contidas no artigo 12, IV c/c artigo 70, I, ambos da Lei nº 14.133/21

10.3. Nenhum documento será autenticado por servidor na sessão de abertura da Concorrência. Eventuais documentos a serem autenticados serão conferidos e autenticados com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário para a abertura do certame.

10.4. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência ou validade.

10.5. Habilitação Jurídica

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a1) os documentos mencionados na alínea 'a' deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação, devendo constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência;

b) inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) ato de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) registro comercial, em caso de empresa individual.

10.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

10.6.1. As provas de regularidades elencadas nas alíneas “b”, “c” e “d” acima, são exclusivamente relativas aos tributos pertinentes ao objeto licitado.

10.6.2. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, além das certidões negativas, as certidões positivas com efeito de negativas, e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

10.6.3. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

10.7. Qualificação Técnica:

10.7.1. Qualificação Técnico-operacional:

10.7.1.1. Comprovação de Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA, em nome da licitante, com validade na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta.

10.7.1.2. Comprovação de capacitação técnica-operacional, de que a licitante executou serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo considerados os serviços de maior relevância técnica os descritos a seguir:

- a) Hidrojateamento de alta pressão, no quantitativo de 15.000m
- b) Desobstrução de redes de drenagem por sucção à alto vácuo, no quantitativo de 300 unid.
- c) Limpeza e/ou Desobstrução mecanizada de Boca de Lobo, no quantitativo de 2250 unid.

d) Reparos pontuais internos (spot repair) em redes de esgotos ou redes de águas pluviais, com diâmetro acima de \varnothing 300mm, no quantitativo de 7,0 unid.;

10.7.2. Qualificação técnico-profissional

10.7.2.1. Através da apresentação de atestado(s) emitido(s) em nome do responsável técnico da empresa, comprovando a execução dos serviços citados nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem anterior, dispensando da comprovação das respectivas quantidades citadas no “Item”, devendo na data da apresentação das propostas, o mesmo manter vínculo profissional com a empresa licitante.

10.7.2.2. Deverá ser comprovado a existência em seu quadro de funcionários, profissional na área de segurança do trabalho, com o devido registro no CREA;

10.7.2.3. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

10.8. Qualificação Econômica-financeira

a) Tendo em vista o caráter continuado da contratação, e a possibilidade de sua prorrogação pelo período máximo de 10 anos, desde que comprovada a vantajosidade das condições estabelecidas e dos preços ofertados, a aptidão econômica da licitante, deverá comprovada e demonstrada através dos seguintes índices contábeis : Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 e Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0, os quais serão calculados pelas fórmulas:

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = AC + RLP / PC + ELP$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

a.1) Deverá ser apresentada pela licitante, declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos apresentados

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b1.) caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício.

c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de expedição inferior a 180 (cento e oitenta) dias da data desta Concorrência, ressalvado o disposto no **item 6.3. “a” deste edital;**

10.9. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

10.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

10.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos para a habilitação no certame, inclusive no que se refere às certidões.

10.12. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

10.13. A verificação será certificada pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e deverá ser anexada aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.14.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua

validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Caso o licitante classificado com o menor preço desatender as exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a melhor oferta subsequente e negociará com o seu autor, decidindo sobre sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificando as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.16. Declarações

A proponente deverá apresentar declaração, subscrita por seu representante legal, elaborada em papel timbrado da empresa, de que:

- a. não está cumprindo pena de inidoneidade com qualquer Ente da Administração Pública
- b. de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma art. 63, I da Lei 14.133/21;
- c. se encontra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- d. de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63, IV da Lei 14.133/21;
- e. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/21
- f. de que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, nos termos do “Anexo VI – Modelo de declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal”

10.16.1. As declarações exigidas em **todos** os subitens acima poderão, a critério da licitante, ser ofertadas em uma única declaração, que contemple cada um desses subitens. Conforme modelo do Anexo VI.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A fase recursal será única, e o prazo para a sua interposição será de 3(três) dias úteis, contado da lavratura da Ata da Sessão Pública, momento em que se dará a declaração do vencedor do certame, observado o estabelecido no artigo 165, § 1º, inc. I da Lei 14.133/21, por correspondência, protocolada na Seção de Licitações e Gestão de Contratos, no horário das 8h30 às 17h, no endereço do item 20.1., ou pelo e-mail: licitacoes@saesascsp.gov.br. Opinamos, nesta situação, que seja solicitado, pela Recorrente, comprovante de recebimento do Recurso, pelo SAESA, para que não ocorra situação adversa durante o procedimento.

11.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do processo.

11.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.4. O prazo para apresentação das contrarrazões será de 3 (três) dias e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante o direito ao contraditório e a ampla defesa, para salvaguardar seus interesses

11.6. Os recursos terão prazos suspensivos

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será levado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/21.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Incidirá a prestação de garantia contratual no objeto deste certame, definido em 3% (três por cento) do valor contratual, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei 14.133/21.

13.1.1. Se o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, a prestação deverá ocorrer no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato;

13.1.1.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

13.1.1.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.1.1.3. será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo 2º, artigo 96 da Lei nº 14.133/21;

13.1.1.4. A Garantia será liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº. 14.133/21;

13.1.1.5. Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no período;

13.1.1.6. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu Gestor, de que os serviços foram realizados a contento.

13.1.1.7. Nos casos em que houver prorrogação ou aditamento do ajuste contratual, a garantia deverá ser renovada ou revista quanto aos valores prestados.

14. CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE

14.1. A adjudicatária será expressamente convocada pela Seção de Licitações para, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação, assinar o termo de contrato, se caso for, ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 18 deste edital.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo SAESA.

14.1.2. Será facultado ao SAESA, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.1.2., o SAESA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de sua classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo SAESA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Autarquia.

14.1.6. A regra do subitem 14.1.5. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da letra “a” do subitem 14.1.4.

14.2. Será verificada a regularidade fiscal do contratado, consultados os cadastros na forma do item 7 do edital, emitidas as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntadas nos autos, na forma prevista em lei.

14.3. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

14.4. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125, da Lei nº 14.133/21.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável a critério da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

15.2. O início da execução do serviço será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Divisão Técnica do SAESA

16. DO CUSTO DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.160.570,92 (três milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta reais e noventa e dois centavos), para o período de 12 (doze) meses**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 28.4, do Anexo I – Termo de Referência.

16.2. O SAESA-SCS, considerou inclusos nestes valores todos os custos básicos diretos, indiretos, os encargos sociais e trabalhistas e as despesas indiretas e benefícios da empresa, de acordo com o item 20.3.6. do Anexo I – Termo de Referência.

16.3. O valor citado no item 16.1 é o máximo admitido pelo SAESA-SCS para a proposta comercial do Proponente.

16.4. Os serviços objetivados neste Edital onerará a seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00-99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

17. DAS MEDIÇÕES, PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. As quantidades constantes da Proposta Comercial, são estimadas para a determinação do valor deste contrato, sendo pagas, no entanto, as quantidades efetivamente medidas conferidas pela fiscalização e aprovadas pela Gestor do Contrato.

17.2. O pagamento do objeto ocorrerá no prazo de no máximo 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura, que somente poderá ser emitida após a conferência dos serviços executados e autorização prévia da fiscalização do SAESA.

17.3. As medições dos serviços prestados, para efeito de pagamento, serão realizadas mensalmente pela Divisão Técnica, através da Seção de Drenagem Urbana do SAESA.

17.4. A Contratada deverá solicitar, através de ofício devidamente assinado, o pagamento referente a medição dos serviços efetuados mensalmente.

17.5. Junto da solicitação de pagamento, a Contratada deverá apresentar o relatório dos serviços efetuados no respectivo período, para análise e posterior aprovação e autorização da emissão da Nota Fiscal.

17.6. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazer o relatório no prazo estabelecido pela Seção Gestora do contrato, observando as condições estabelecidas para a prestação dos serviços.

17.7. Outras questões sobre os pagamentos

17.8. Antecedendo o pagamento da nota fiscal ou da fatura, será consultada a situação da regularidade fiscal da empresa, devendo sua comprovação se dar através da apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

17.8.1. A não apresentação dos referidos documentos implicará na retenção da importância devida até a devida regularização e apresentação dos mesmos.

17.9. O pagamento ocorrerá mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pelo responsável pelo recebimento do objeto contratado e encaminhada na sequência à Seção de Contabilidade para providências do seu pagamento.

17.9.1. No caso de incorreção nos documentos apresentados, relativos a pagamentos, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à Detentora/Contratada, para as correções solicitadas, não respondendo o SAESA-SCS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

17.9.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Detentora/Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.10. O valor correspondente ao pagamento devido será efetuado através de boleto bancário, ou depositado na conta indicada pela Contratada.

17.11. Na ocorrência de eventual atraso do pagamento, o valor devido será atualizado, financeiramente, desde a data referida neste item, até a data do pagamento, com base no IPCA ou outro índice que venha substituí-lo, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$, onde:

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

AF = atualização financeira;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

17.12. Não será aceito qualquer outro critério divergente do estabelecido neste capítulo.

17.13. O reajustamento dos preços ocorrerá na forma estabelecida no § 7º, e inciso I § 8º do artigo 25, ambos da Lei Federal nº 14.133/21, cujo índice a ser aplicado será o IGP-M, ou outro que vier a substituí-lo, e a data-base será vinculada ao dia 12 de novembro

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 18.1.5. fraudar a licitação
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4 a 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1 a 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da

obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. A rescisão das obrigações decorrentes da presente Concorrência se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21, garantido ao fornecedor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

20.1. À CONTRATADA, compete observar e cumprir:

20.1.1. Caberá a CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado nos termos da legislação vigente;

20.1.2. Não se poderá alegar em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da *CONTRATADA*, desconhecimento, incompreensão ou esquecimento das cláusulas e condições destas especificações. Qualquer diferença será de responsabilidade da *CONTRATADA*;

20.1.3. Deverá a *CONTRATADA* acatar de modo imediato e sem contestar, as ordens da Fiscalização dentro destas especificações assim como deverá aceitar integralmente todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, em todo e qualquer serviço ou operação referente aos serviços;

20.1.4. Caso o SAESA-SCS julgue necessário fiscalizar ou acompanhar os serviços realizados nas instalações da *CONTRATADA*, a mesma deverá facilitar o livre acesso em suas dependências, bem como prestar todos os esclarecimentos a ela solicitados. A *CONTRATADA* também deverá permanentemente, ter e colocar à disposição da Fiscalização os meios necessários e aptos para permitir a inspeção dos serviços, material, ferramentas, veículos e equipamentos utilizados em campo;

20.1.5. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos nessas especificações e em tudo que, de qualquer forma, se relacione ou venha se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos;

20.1.6. Pela *CONTRATADA*, a condução geral dos serviços, ficará a cargo de um engenheiro ou tecnólogo com prática comprovada em serviços semelhantes ou superiores aos contratados devendo ser auxiliado por um encarregado devidamente habilitado;

20.1.7. Todas as ordens dadas pela Fiscalização ao engenheiro ou encarregado(s) serão consideradas como se fossem diretamente dirigidas à *CONTRATADA*. Por outro lado, todo e qualquer ato praticado ou decisão tomada pelos referidos, ou ainda omissões de responsabilidade dos mesmos serão considerados para todo e qualquer efeito, como tendo sido da Contratada;

20.1.8. O engenheiro ou tecnólogo condutor dos serviços e o(s) encarregado(s), cada um no seu âmbito respectivo, deverão acompanhar a execução dos serviços e estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo que a Fiscalização julgar necessário e útil a que se refira direta ou indiretamente aos serviços e suas implicações;

20.1.9. Fornecer todo material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços;

20.1.10. Planejar a execução dos serviços de forma a minimizar os desconfortos inevitáveis gerados pelos serviços desta natureza;

20.1.11. Responsabilizar-se pela movimentação de todo material e equipamentos necessários, é de responsabilidade total da *CONTRATADA*, quaisquer eventos que no decorrer do trabalho venham destruir ou danificar equipamentos, tubulações ou qualquer bem patrimonial. Deverá ser repostado imediatamente por outro de qualidade e semelhança ao danificado;

20.1.12. Manter durante a vigência do contrato todos os veículos, equipamentos e acessórios em perfeitas condições para execução dos serviços;

20.1.13. Atender o dia e horário determinado pela Fiscalização para a execução do serviço;

20.1.14. A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, total ou parcialmente os serviços, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares e/ou outros. Em todos os casos, os serviços somente poderão ser reiniciados com outra ordem da Fiscalização;

20.1.15. A *CONTRATADA* não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pelo SAESA-SCS. Salvo os eventuais de emergência, necessários a estabilidade e/ou segurança dos serviços e/ou do pessoal encarregado dos mesmos;

20.1.16. A existência e a atuação da Fiscalização, em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços e suas aplicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o código civil e as demais leis e/ou regulamentos vigentes;

20.1.17. Ao término dos serviços, desmobilizar e limpar o local, bem como toda a área em torno do local onde o serviço foi realizado, retirando todo tipo de resíduos, sobra de materiais ou entulho;

20.1.18. Em até 5 (Cinco) dias da data de assinatura do contrato, a *CONTRATADA* deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, com cópia da guia de recolhimento do(s) engenheiro(s) responsável(is) pelos serviços.

20.1.19. Todas as demais obrigações relacionadas e constantes no Anexo I- Termo de Referência

20.2. À CONTRATANTE, compete observar e cumprir:

20.2.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;

20.2.2. Indicar o funcionário responsável pela gestão e fiscalização deste Contrato;

20.2.3. Comunicar à Contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato;

20.2.4. Fiscalizar a prestação dos serviços e os trabalhos desenvolvidos, zelando pelo fiel cumprimento do presente contrato, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados;

20.2.5. Todas as demais obrigações relacionadas e constantes no Anexo I- Termo de Referência.

21. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2. As comunicações entre o SAESA-SCS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.3. O SAESA-SCS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.4. Após a assinatura do contrato, o SAESA-SCS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.5. O Gestor do presente contrato ou instrumento equivalente é o Diretor da Divisão Técnica;

21.6. São atribuições do Gestor do Contrato:

21.6.1. Acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços;

21.6.2. Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

21.6.3. Fazer constar do processo administrativo as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;

21.6.4. Expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;

21.6.5. Fazer encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;

21.6.6. Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

21.6.7. Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e pelo fiscal do contrato, realizar a pesquisa de preço adequada seguindo a orientação do Art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a administração.

21.6.8. Verificar a existência de infração contratual, a partir de apontamentos do fiscal, relatando os fatos e iniciando procedimentos apuratório, notificando a contratada, para que exerça o contraditório e a ampla defesa, apresentado proposta de penalização, se aplicável, nos termos previstos no instrumento contratual;

21.6.9. Informar, com a devida justificativa técnica, as autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;

21.6.10. Proceder o recebimento de obras e/ou serviços decorrentes dos contratos, com observância do disposto nos artigos 157 e 158;

21.6.11. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

FISCALIZAÇÃO

21.7. São atribuições do Fiscal do Contrato:

21.7.1. Acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando ao gestor do contrato designado, aquelas que podem resultar na execução dos serviços de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias a regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

21.7.2. Recepcionar da contratada, os documentos necessários ao pagamento, previstos neste termo, que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferindo e remetendo à unidade responsável pela gestão de contrato, e ao gestor contratual designado;

21.7.3. Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e remetendo ao gestor designado;

21.7.4. Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

21.7.5. Consultar a unidade demandante dos serviços sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

21.7.6. Propor medidas que visem a melhoria contínua da execução do contrato;

21.7.7. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

21.7.8. Compete, ainda, ao fiscal do contrato o recebimento provisório do objeto contratado, nos termos do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.2. As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.6. A Autarquia se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

22.7. A comunicação dos atos subsequentes à sessão pública, ocorrerá mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, e por meio eletrônico <https://portais.saocaetanodosul.sp.gov.br/licitacoes-saesa/Portal>

22.8. O foro da Comarca de São Caetano do Sul é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

22.9. Este Edital e seus Anexos regerão a presente licitação e posterior contratação:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Proposta Comercial

Anexo III – Planilha de Quantidades e Demonstrativo de Custos

Anexo IV – Cronograma de Desembolso

Anexo V – Carta de Credenciamento – modelo

Anexo VI – Modelos de Declarações

Anexo VII – Minuta de Contrato

Anexo VIII – Termo de Ciência e Notificação

Anexo IX – Folha para preenchimento com os dados empresa/representante legal

São Caetano do Sul, 09 de dezembro de 2024

Patrícia Fernanda Junqueira Franco
Gerente da Seção de Licitações e
Gestão de Contratos

Anexo I – Termo de Referência

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

1. OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.

1.2. CONDIÇÕES GERAIS

QUANTITATIVO ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.
1.	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO		
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150,00
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800,00
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150,00
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600,00
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600,00
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500,00
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500,00
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30,00
1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição	HD	352,00
1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. com guindaste	HD	176,00
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000,00
2.	SERVIÇOS OPERACIONAIS		
2.1	Inspecção em sistema de drenagem urbana	km	100,00
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	m	50,00
2.3	Inspecção em ramais de águas pluviais por teste de corante.	Unidade	50,00
2.4	Televisamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500,00
2.5	Cadastro de galerias/redes de águas pluviais	m	1.000,00
3.	SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM		
3.1	Relatório de acompanhamento.	Unidade	12,00
3.2	Relatório de diagnóstico.	Unidade	1,00
4.	SERVIÇO TECNICOS		
4.1	Reparos pontuais em redes de ø 300mm a ø 400mm	Unidade	7,00
4.2	Reparos pontuais em redes de ø 400mm a ø 600mm	Unidade	7,00

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável a critério da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os serviços deverão ser executados com a observância dos seguintes pressupostos legais:

- Lei 10.257/01 – Estatuto das Cidades;
- Lei 11.445/07 – Lei Nacional de Saneamento Básico, atualizada pelo Novo Marco do Saneamento Básico;
- Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445/2007;
- Lei nº 14.133/2021 e regulamentos.
- Termo de Referência e demais Documentos e Anexos contidos neste Edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto de acordo com a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, considerando que não há Plano de Contratações Anual vigente.

2.2. O município de São Caetano do Sul possui índices de distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgotos e coleta de resíduos sólidos próximos a 100 % de atendimento. Porém, um dos principais impactos sofridos pela população são as enchentes, consequência da insuficiente drenagem metropolitana – sistema do qual o município faz parte - alta impermeabilização do solo e ausência de áreas verdes.

2.2.1. Tão preocupante quanto os picos de vazão e o grande volume de escoamento superficial é a qualidade das águas pluviais encaminhadas ao sistema de drenagem e aos cursos d'água. Ela é responsável pela condução de hidrocarbonetos, matéria orgânica, sedimentos e metais pesados acumulados no período de estiagem, com cargas que se assemelham em escala horária as cargas anuais dos sistemas de esgoto sanitário. Sabe-se que a maior carga de poluição decorrente de um evento de chuva está nos instantes iniciais desta.

2.2.2. A ocupação urbana está em boa parte nas áreas de várzeas e em outra parte nos divisores de águas, dadas as declividades verificadas no município de São Caetano. Não há favelas e outras ocupações irregulares sobre cursos d'água afluentes das bacias. Dessa forma, além dos investimentos em obras de ampliação e melhoria do sistema de drenagem urbana, faz-se necessária a manutenção e limpeza do sistema existente.

2.2.3. Ele é constituído de galerias de águas pluviais, ramais, poços de visitas, bocas de lobo, canaletas, canais, tubos, caixas, lançamentos entre outros.

2.2.4. A contratação de empresa terceirizada com experiência comprovada na execução dos serviços objeto da pretensa contratação, atende os princípios de economicidade e eficiência, sendo essencial devido à complexidade técnica envolvida na execução dos serviços.

2.2.5.A utilização de mão de obra especializada e disponibilização de veículos, equipamentos, ferramentas e materiais modernos, são fundamentais para atender com agilidade e eficiência todas as demandas de manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem do município, evitando transtorno para os munícipes, riscos à saúde pública e danos ao meio ambiente.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. Segundo o Plano municipal de Drenagem de São Caetano do Sul, o sistema tradicional de drenagem urbana deve ser considerado como composto por dois sistemas distintos: o sistema de microdrenagem e sistema de macrodrenagem.

3.2. Integra o sistema de microdrenagem as sarjetas, sarjetões, caixas coletoras, tubos de drenagem, poços de visita e demais componentes necessários para a condução das águas pluviais no ambiente urbano e sua condução até a rede principal, em geral localizada nos talvegues naturais. O sistema de macrodrenagem é composto de canais naturais e talvegues e demais obras implantadas para o adequado dimensionamento dos mesmos, incluindo, canais artificiais, galerias e reservatórios de detenção.

3.3. SISTEMA DE MACRODRENAGEM

3.3.1. Os principais cursos d'água que limitam ou cruzam o município de São Caetano do Sul são: rio Tamanduateí (divisa com São Paulo), ribeirão dos Meninos (divisa com São Paulo e São Bernardo do Campo), córrego Utinga (divisa com Santo André), córrego das Grotas (divisa com Santo André) e córrego Moinho (cruza a área do município). As áreas de contribuição desses cursos d'água caracterizam-se por uma urbanização densa com altas taxas de impermeabilização.

3.3.2. No município também está implantado um reservatório de detenção ("piscinão") denominado RM-11, localizado na bacia do ribeirão dos Meninos, ao longo da Av. Guido Aliberti, apresenta 1,9 Km de extensão e capacidade total para armazenar em torno de 235.000 m³ de água.



Figura1 – Sistema de Macrodrenagem – São Caetano do Sul

3.4. SISTEMA DE MICRODRENAGEM

3.4.1. O município é dividido em seis bacias de drenagem denominadas Bacia A, Bacia B, Bacia C, Bacia D, Bacia E e Bacia F, essa divisão considera tanto a topografia do terreno como a presença de redes de drenagem de águas pluviais.

3.4.2. O sistema de microdrenagem é composto principalmente por guias e sarjetas, sarjetões, poços de visita (PVs), galerias de águas pluviais (GAPs), bocas de lobo (BLB), bocas de leão (BL), canaletas e grelhas especiais, além de 4 Estação Elevatória de Águas Pluviais (EEAPs).

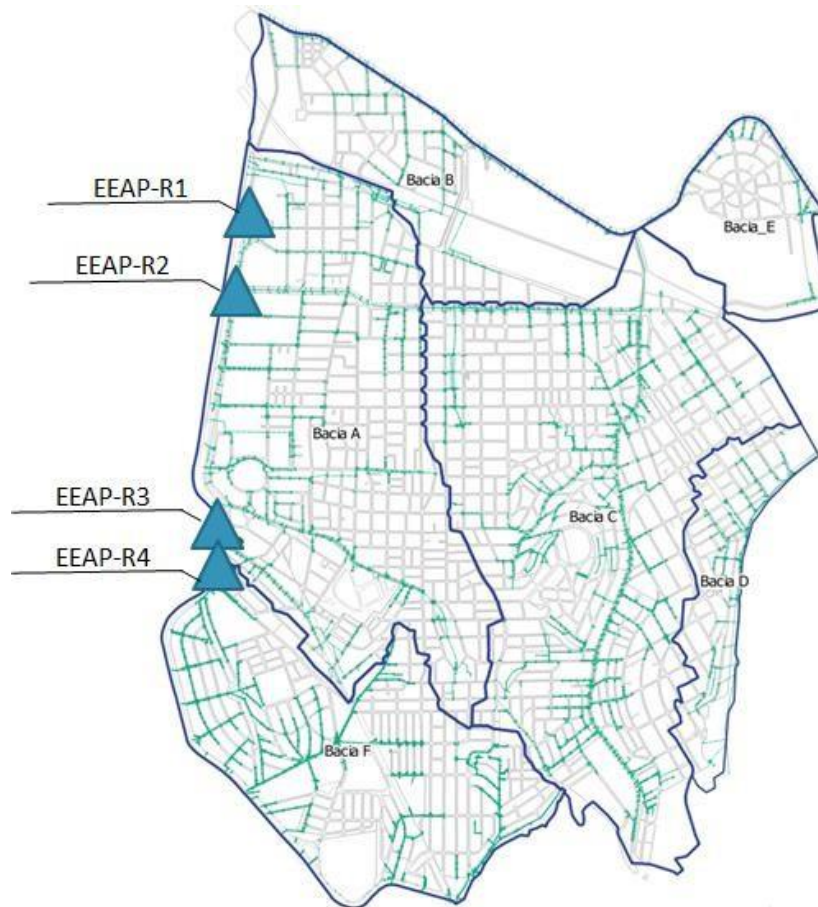


Figura.2 – Bacias de drenagem do município de São Caetano do Sul – Delimitação final

3.5. A tabela a seguir apresenta o resumo quantitativo do sistema.

Tabela1 – Resumo quantitativo do sistema de drenagem urbana do município de São Caetano do Sul

Item	Unidade	Quantidades						
		A	B	C	D	E	F	TOTAL
Microbacias	unid.	2303	518	3060	560	151	1001	8439
GAP	Km	30,30	10,96	31,90	8,56	5,10	18,6	105,42
PVs	unid.	584	148	812	120	50	329	2043

Bocas de lobo/leão	unid.	1082	291	1279	189	108	587	3536
Caixas	unid.	39	3	13	3	0	5	63
Lançamentos	unid.	31	68	26	4	36	37	202

Fonte – Plano municipal de Drenagem do município de São Caetano do Sul

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. MANUTENÇÃO

4.1.1.A manutenção pode ser definida como o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional das galerias e redes águas pluviais de forma a reduzir o risco de falhas de seus sistemas constituintes devido ao mau funcionamento de seus componentes.

4.1.2.A manutenção se dá através de três práticas básicas, a saber:

4.1.2.1. Manutenção corretiva: caracteriza-se como uma intervenção realizada após a ocorrência de eventuais falhas do sistema ou até mesmo após seu funcionamento;

4.1.2.2. Manutenção preventiva: é uma intervenção programada que tem como objetivo manter a disponibilidade do sistema de drenagem para quando for requisitado;

4.1.2.3. Manutenção preditiva: permite garantir uma qualidade desejada do funcionamento do sistema de drenagem, por meio de análises e supervisões sistemáticas do sistema visando diminuir as manutenções corretiva e preventiva, ou seja, a manutenção preditiva é uma técnica de gerenciamento da manutenção.

4.1.3.Os serviços de manutenção do sistema de drenagem urbana de São Caetano do Sul, visam a execução de limpezas no sistema de drenagem, (redes, ramais, galerias, canaletas, poços de visita, bocas de lobo, bocas de leão e etc.) existente em todo o município de São Caetano do Sul. A fim de proporcionar o escoamento rápido das águas que percorrem as sarjetas até os pontos de captação das redes, evitando pontos de alagamento, preservando a saúde pública e ambiental.

4.1.3.1. Definem-se Limpeza e manutenção de canais pluviais, como o conjunto de operações de capinação, destocamento, escavação e remoção de resíduos, a fim de permitir o livre escoamento das águas pluviais ao longo de suas calhas.

4.1.3.2. Define-se Limpeza e desobstrução de caixas, galerias e travessias como um conjunto de operações que visam à remoção de resíduos do interior das linhas tronco, linhas secundárias, ramais coletores, dispositivos de inspeção e de coleta.

4.2. LIMPEZAS E DESOBSTRUÇÕES

4.2.1. A autorização para a execução dos serviços nas vias públicas será intermediada pelo SAESA-SCS junto a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB.

4.2.1.1. Os sólidos removidos deverão ser segregados da água, em estação de desidratação licenciada pela CETESB. Após o processo de desidratação, a Contratada deverá efetuar a descarga dos resíduos gerados e os efluentes líquidos à ETE ou aterros sanitários licenciados, contratados pela empresa.

4.2.1.2. Entenda-se por segregado: separado, desaguado, adensado, desidratado, com remoção total ou parcial da água.

4.2.1.3. Este contrato não permite a adição de nenhum tipo de produto químico, apenas processos físicos.

5. TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

5.1. O material seco removido poderá ser estocado em local licenciado, devidamente acondicionado em sistema estanque para transporte posterior e envio para aterro.

5.2. A distância média considerada entre o local dos serviços e o local de disposição final para esse transporte é de no máximo 42 km.

5.3. Deverá ser preenchido o “Manifesto de Transporte de Resíduos” que acompanhará a carga até o local de despejo dos resíduos sólidos, para que o mesmo oficialize o direcionamento para o local adequado. Esse manifesto é o documento oficial para que a medição do serviço contratado seja realizada. Assim deverá ser preenchido rigorosamente dentro das exigências deste edital;

5.4. A contratada deverá apresentar à unidade responsável pelo recebimento, o “Manifesto de Transporte de Resíduos”, devidamente preenchido.

5.5. Aferição do Peso bruto do Veículo na balança, após o descarregamento do material no pátio, o veículo será novamente pesado.

5.6. O ticket da Balança deverá ser grampeado ao Manifesto de Transporte de Resíduos, contendo as informações sobre o peso bruto, peso líquido.

5.6.1. O Manifesto será preenchido em três vias:

1ª via SAESA-SCS.

2ª via Aterro.

3ª via CONTRATADA.

6. DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS

6.1. O aterro deverá atender todas as exigências dos órgãos ambientais, bem como estar habilitado para o recebimento de resíduos não inertes e não perigosos Classe IIA, conforme NBR 11.174/90.

6.2. Em até 15 (quinze) dias da lavratura do contrato a contratada deverá apresentar Carta de Anuência do Aterro para o recebimento dos resíduos e cópia da Licença de Operação.

6.3. O pagamento do Aterro contratado para a disposição dos resíduos é de exclusiva responsabilidade da Contratada.

7. LIMPEZA DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS, REDES, RAMAIS POÇOS DE VISITAS, BOCAS DE LOBO E BOCAS DE LEÃO

7.1. Limpeza mecanizada de galerias, ramais, bocas de lobo/leão, poços de visitas, canaletas, grelhas, tubos e conexões, com a utilização de equipamento combinado hidro-jato de alta pressão / sugador de alta potência com desidratação e transportes dos resíduos para o aterro sanitário.

7.1.1. O hidro-jateamento de alta pressão combinado com sucção a vácuo consiste na execução da limpeza de redes através de ação hidrodinâmica. O serviço de limpeza por sucção consiste, basicamente, na remoção de detritos líquidos, semilíquidos e sólidos, confirmando-os em depósito estanque, que integra o equipamento.

7.1.2. A pressão de operação do equipamento é função da natureza de cada serviço e da extensão de avanço da mangueira.

7.1.3. Estas limpezas poderão acontecer através de solicitações individuais e programadas de formas pontuais ou em inseridas nas limpezas gerais da bacia ou ainda emergenciais.

7.1.4. Deverá ser preferencialmente utilizado equipamentos mecânicos para estes serviços, e em situações adversas poderão ser realizadas manualmente.

7.2. Equipamentos para limpeza e desassoreamento

Para limpeza e desassoreamento de galerias e redes de águas pluviais deverão ser utilizados um conjunto de equipamentos desenvolvidos para limpeza de sistemas de drenagem que promovam o desmonte dos sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

Para a eficiência e a eficácia da execução dos serviços de limpeza e desassoreamento, os equipamentos necessários são os constituídos dos seguintes elementos básicos, conforme abaixo descrito:

7.2.1. Para Equipamentos por hidrojateamento:

7.2.1.1. O equipamento utilizado para a limpeza por ação de jato de água a alta pressão deverá exercer uma ação de limpeza e desassoreamento nas mais diversas condições da tubulação, sempre seguros de preservar sua total integridade, garantindo uma vazão mínima necessária para o arraste de todo material depositado na tubulação, permitindo a sucção de misturas de água e sólidos ou apenas dos sólidos;

7.2.1.2. Os equipamentos deverão atender as condições de segurança para os operadores, o entorno e para os próprios equipamentos;

7.2.1.3. O carretel deve ter acionamento hidráulico e ser dimensionado mecanicamente para suportar os esforços resultantes do trabalho, assim como as mangueiras de alta pressão com extensão de no mínimo 120 (m);

7.2.1.4. Os bicos das mangueiras deverão ter capacidade de vazão e pressão compatíveis com as fornecidas pela bomba, e dimensionadas para realizar o arraste dos detritos dentro das tubulações até os PVs levando-se em conta os diâmetros constantes NESTE Termo de Referência. Deverá possuir sistema auxiliar de limpeza, necessário para manter o local e equipamentos livres de detritos, que possam contaminar o meio ambiente;

7.2.1.5. A pressão de operação do equipamento deverá ser definida em função da natureza de cada serviço e da extensão de avanço da mangueira, garantindo assim a segurança dos operadores e da rede coletora.

7.2.1.6. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

7.2.2. Desobstrução a Alto e Baixo vácuo

7.2.2.1. Execução de desobstrução através de sucção a alto ou baixo vácuo efetuada de acordo com as especificações técnicas, envolvendo a mobilização de equipe e equipamentos, sinalização do local em cones e cavaletes conforme normas vigentes, montagem e instalação dos equipamentos, desobstrução e limpeza do trecho por alto vácuo em PV ou PI, desmontagem dos equipamentos, fechamento de PVs utilizados no processo e limpeza do local.

7.2.2.2. Devem ser registradas imagens fotográficas, conforme especificação técnica.

7.2.2.3. Equipamentos: veículo equipado com conjunto de equipamentos desenvolvidos para limpeza de sistema de drenagem que promovam o desmonte dos

sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

7.1.1.4. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

7.2. Galerias ou redes com diâmetros acima de 600 mm

7.2.1. As tubulações com diâmetros acima de 600 mm exigem a utilização de equipamentos de limpeza e desobstrução com características mínimas próprias para esse porte, pois equipamentos com menores capacidades não possuem as condições mínimas para efetuar a remoção adequada dos sedimentos:

7.2.2. Equipamento que permita a sucção de misturas de água e sólidos (areias, pequenas pedras, lodo, etc.) através de bomba de sucção. Nossa experiência mostra que a vazão mínima deve ser de 3.000 (L/min), pois abaixo deste valor o sistema não possui potência para succionar os resíduos;

7.2.3. Equipamento com bombas de alta pressão para o sistema de hidrojateamento, com pressão de trabalho mínima de 150 (Kg/cm²) e vazão mínima nos bicos da mangueira de 800 (L/min), pois equipamentos sem essas condições mínimas não efetuam o desmonte hidráulico total dos sedimentos.

7.3. Caminhão Pipa

7.3.1. Nos serviços de Lavagem de rede a Contratada deverá disponibilizar sempre que solicitado, caminhão pipa com tanque de no mínimo 5.000l, que deverá preferencialmente água de reuso, o SAESA SCS, disponibilizará os locais de captação de água de poço para a realização dos trabalhos em São Caetano do Sul, mediante a liberação do Encarregado de Campo.

8. Equipamento de Hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição

8.1. Disponibilização de equipe para execução de limpeza e desobstrução do sistema de drenagem através de sucção a alto ou baixo vácuo e hidrojateamento efetuada de acordo com as especificações técnicas, envolvendo a mobilização de equipe e equipamentos, sinalização do local em cones e cavaletes conforme normas vigentes, montagem e instalação dos equipamentos e limpeza do local.

8.1.1. Devem ser registradas imagens fotográficas, conforme especificação técnica.

8.2. **Equipamentos:** 01 (um) veículo equipado com conjunto de equipamentos

desenvolvidos para limpeza de sistemas de drenagem que promovam o desmonte dos sedimentos, concomitantemente à sucção dos detritos, a partir de suas singularidades como poços de visita, poços de inspeção, etc.

8.3. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

8.4. Este serviço será pago por HD (hora disponibilizada da equipe e do equipamento), e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou de segunda a sexta (mediante solicitação da contratante), conforme critério de medição.

9. CAMINHÃO CARGA SECA COM GUINDASTE

9.1. Disponibilização de caminhão carga seca com capacidade de 8 ton. com guindaste para suporte auxiliar dos serviços de limpeza e desobstrução.

9.2. Deverá ser disponibilizado o motorista/operador junto com o equipamento.

10. LIMPEZA DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS E ESPAÇOS CONFINADOS

10.1. Deverão ser realizados sempre que solicitado e necessário para a retiradas de sólidos que não são removidos com equipamento de hidrojateamento ou sucção. Assim como corte raízes, raspagens e desassoreamentos com por exemplo borras de concreto com a utilização de marteletes. Ester serviços deverão ser acompanhados por profissional da segurança do trabalho com equipe devidamente treinada e utilizando equipamentos de proteção adequados.

10.2. Equipamentos

- Serra mármore;
- Martelete;
- Ferramentas manuais em geral.

10.3. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante;
- Técnico de Segurança do Trabalho.

11. Limpeza desobstrução de pontos de lançamentos em córregos, limpezas de desassoreamento em córregos, rios e canais e pontos de lançamento

11.1. Deverão ser realizados sempre que solicitado e necessário para a retiradas de sólidos, vegetações, manutenção e engraxamento das válvulas Flap e outros que estejam obstruindo a passagem da água em córregos, rios e canos, utilizando ferramentas manuais e/ou mecânicas, tais como pás, picaretas, serrotes, serras. Estes serviços deverão ser acompanhados por profissional da segurança do trabalho com equipe devidamente treinada e utilizando equipamentos de proteção adequados.

11.1.1. Em caso da necessidade de desassoreamento de córregos e canais abertos deverão ser utilizados equipamentos adequados para o trabalho, tais como bobcats, escavadeiras ou outros que melhor atendam às necessidades do local.

11.2. Equipamentos

- Escavadeira ou Bobcat;
- Engraxadeira;
- Ferramentas manuais em geral.

11.3. Equipe Mínima

- Motorista;
- Operador de escavadeira ou bobcat;
- Operador de Equipamento;
- Ajudante.

12. SERVIÇOS OPERACIONAIS

A metodologia a ser aplicada para a gestão operacional da manutenção dos sistemas de Água Pluvial consiste num processo de melhoria contínua.

Devem ser desenvolvidos planos de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, organizando a execução dos serviços operacionais de manutenção dos componentes do sistema de Água Pluvial, diagnosticando a origem das anomalias e sanando-as de forma a promover um processo de melhoria contínua, com vistas a maximizar a capacidade de escoamento hidráulico, gerando confiabilidade operacional e promovendo positivamente a imagem do SAESA- SCS.

Para tanto, o SAESA- SCS fornecerá em meio digital o cadastro existente da rede de escoamento hidráulico de águas pluviais, os quais deverão ser plotados espacialmente para definição da criticidade das bacias de drenagem, facilitando a priorização de seu tratamento.

As atividades previstas para atingir esse processo de melhoria contínua, a serem desenvolvidas pela CONTRATADA, estão abaixo relacionadas.

12.1. INSPEÇÃO EM SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

12.1.1. Varredura na rede de drenagem identificando, através de Inspeção visual da extensão total de 100% da rede de drenagem a cada ano, a existência de anomalias tais como obstruções, extravasamentos em BL's, tampões de GAP's encobertos ou desnivelados, divergências cadastrais e demais anomalias que possam ser identificadas através de inspeção visual. Nesta inspeção devem ser verificados os rios, córregos, canais e pontos de lançamento, avaliando as condições e necessidades de manutenção e limpeza.

12.1.1.1. A inspeção visual tem por objetivo fornecer as indicações necessárias a um diagnóstico do sistema de drenagem da Bacia que permita a identificação de problemas de origem estrutural, hidráulica, geométrica ou construtiva.

12.1.1.2. Deverão ser inspecionadas anualmente todas as singularidades (GAPs, BLs e Galerias) da extensão total das sub-bacias críticas, através do levantamento dos tampões, preenchendo em formulário individual específico e registro digital (com fotos) das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção do sistema de drenagem.

12.1.1.3. A inspeção visual do sistema será aplicada no diagnóstico de redes de águas pluviais e será realizada na extensão total das redes existentes ou sempre que seja identificada alguma alteração no funcionamento da rede.

12.1.1.4. Durante a inspeção será realizado o registro fotográfico do interior de todas as singularidades, independentemente das condições encontradas serem satisfatórias ou não, para identificação das condições estruturais e operacionais, dando origem a um relatório que deverá conter a descrição dos principais eventos e sua localização, tais como:

GAPs, BLs e Pvs:

- Pontos de infiltração;
- Configuração inadequada de BLs;
- Arriamento do fundo da BL;
- Degrau invertido;
- Existência de extravasores;
- Comprometimento estrutural;
- Tampa de BL deslocada;
- Ausência de tampa;
- BL desnivelado;

- BL afogado;
- Tubulão danificado;
- Condição de cestos;
- Condição estrutural aparente;
- Nível de operação máximo superior à tubulação de entrada;
- Existência de entulho em BL, GAP, Boca de Leão e Galeria;
- Ausência de tampas e
- Nível de conservação estrutural, hidráulica.

Rios, córregos, canais e pontos de lançamento

- Manutenção nas válvulas flap;
- Desobstrução;
- Capina;
- Roçada;
- Dragagem;
- Taludes;
- Gabiões e
- Gramados.

12.1.1.5. A contratada deverá verificar as condições gerais das singularidades de sistema de captação e escoamento de águas pluviais, fornecendo todos os dados acerca das condições físicas.

12.1.1.6. Os eventuais assoreamentos e demais defeitos encontrados nas tubulações que dificultem ou impeçam o fluxo normal do escoamento, deverão ser relacionados e apontados em croquis com as devidas amarrações para orientação e programação das intervenções.

12.1.1.7. A identificação e numeração fornecida às singularidades pela contratada deverão estar em consonância com aquela adotada dentro do SAESA- SCS e em hipótese alguma deverá haver discordância ou dúvida entre a identificação destas. No caso de ambiguidade, a contratada deverá recorrer ao Encarregado de Campo, a qual fornecerá a identificação a ser adotada.

12.1.1.8. A contratada deverá iniciar os serviços com todos os meios necessários e suficientes para garantir a boa execução dos serviços (pessoal, material, equipamentos, acessórios, utensílios, ferramentas, EPIs e EPCs).

12.1.1.9. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa

(tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital, permitindo integração à ferramenta interativa e ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA- SCS. Estes relatórios individuais deverão ser sintetizados e dispostos no Relatório de Diagnóstico e Prognóstico de forma clara e sucinta.

12.1.1.10. Deverão ser cadastradas as singularidades que, porventura, não estejam anotadas nas plantas cadastrais ou, ao contrário, que estejam anotadas, mas não existam fisicamente. Também aquelas singularidades encobertas pela reposição ou alteração da pavimentação deverão ser localizadas, e comunicadas para que o SAESA SCS, execute a descobertas e a Contratada possa realizar a inspeção.

12.1.1.11. Os relatórios individuais de cada inspeção serão registrados no banco de dados com acesso pela Ferramenta Interativa, utilizando-se uma legenda apropriada a ser definida previamente em conjunto com O SAESA-SCS, permitindo o acesso dos locais identificados aos filmes e fotos digitais.

12.1.1.12. A solução de problemas eventualmente apontados pela contratada e relacionados a reparos em estruturas civis e manutenção em instalações hidráulicas será de responsabilidade do SAESA-SCS.

12.1.2. Equipamentos e Materiais

12.1.2.1. O conjunto deve ser constituído basicamente de:

12.1.2.1.1. Veículo utilitário para o transporte do pessoal e equipamentos;

12.1.2.1.2. Sistema de comunicações entre equipes;

12.1.2.1.3. Máquina fotográfica digital;

12.1.2.1.4. Ferramentas

12.1.2.1.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

12.2. TESTE DE FUMAÇA

12.2.1. Deverão ser inspecionados os trechos das microbacias críticas que apresentarem evidências de interligação com o sistema de esgoto ou condições críticas em consequência de influxos de origem desconhecida, através da introdução de fumaça na tubulação por meio de sopradores específicos para tal fim, preenchendo em formulário individual específico e registro digital das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção da rede de drenagem.

12.2.1.1. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa (tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital. Estes relatórios individuais deverão ser sintetizados e dispostos no Relatório de Diagnóstico e Prognóstico de forma clara e sucinta. Ademais, deverá ser prevista a integração ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA-SCS.

12.2.2. Equipamentos e materiais

Serão utilizados na realização da atividade os seguintes equipamentos:

12.2.2.1. Bomba de fumaça específica para este fim, com capacidade de produção de, no mínimo, 1.200 m³ de fumaça a cada 3 minutos;

12.2.2.2. Câmera fotográfica digital;

12.2.2.3. Bloqueadores infláveis para diferentes diâmetros de rede;

12.2.2.4. Insufladores de ar;

12.2.2.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

12.2.3. Procedimentos para execução dos serviços

12.2.3.1. O comprimento máximo do trecho a ser bloqueado será de 250 (duzentos e cinquenta) metros;

12.2.3.2. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos única e exclusivamente no período diurno;

12.2.3.3. Não serão realizados testes de fumaça nos dias em que ocorrerem chuvas;

12.2.3.4. A fumaça deverá ser atóxica, inodora, antialérgica e não produtora, em nenhuma hipótese, de desconforto físico a outrem, manchas em paredes, vestuário ou outros bens móveis, imóveis ou semoventes, bem como não deve persistir por tempo em demasia, causando objeção ou persistência ambiental além do necessário para o diagnóstico;

12.2.3.5. Deverá haver a distribuição prévia de folhetos aos moradores, comércio em geral e ao Corpo de Bombeiros da região, com agendamento prévio de, no mínimo, dois (2) dias, comunicando a operação e esclarecendo a respeito da realização dos serviços;

12.2.3.6. O folheto deverá conter informações básicas sobre os trabalhos que serão desenvolvidos, seu objetivo, procedimentos a serem adotados na eventualidade de surgir fumaça no interior dos imóveis, telefones e endereços para contato, além do nome do responsável que deverá ser contatado no caso de dúvidas ou esclarecimentos adicionais;

12.2.3.7. O material a ser produzido e distribuído deverá ser previamente aprovado pelo SAESA-SCS;

12.2.3.8. Deverá ser realizado agendamento adequado às características de sazonalidade da região e sempre em comum acordo com o Encarregado de Campo do SAESA-SCS;

12.2.3.9. A contratada deverá, ainda, checar os horários em que o trabalho poderá ser realizado em função da autorização recebida pela SEMOB, preparando e sinalizando os trechos a serem inspecionados, de modo a garantir a segurança do tráfego local, dos transeuntes e dos funcionários envolvidos;

12.2.3.10. Todos os pontos que apresentarem afloramento de fumaça deverão ser registrados através de câmera fotográfica digital e/ou filmadora. As imagens obtidas deverão ser incorporadas ao relatório a ser entregue à SAESA-SCS; para cada ponto onde for detectado o afloramento de fumaça será feito um croqui com a indicação de sua localização;

12.2.3.11. Os testes somente poderão ser realizados com lâmina de água de, no máximo, meia seção de tubo; caso a rede esteja trabalhando sob pressão (a plena seção ou afogada), os testes somente poderão ser realizados mediante o bloqueio da rede coletora, através de obturadores pneumáticos, e esgotamento do trecho com bombas;

12.2.3.12. O bloqueio da rede de drenagem, eventualmente, da galeria de águas pluviais será de responsabilidade da empresa contratada;

12.2.3.13. Serão utilizadas, basicamente, duas equipes de campo:

12.2.3.13.1. A primeira equipe desenvolverá as atividades de segurança e preparação dos trechos a serem diagnosticados, o bloqueio parcial da rede e a abertura dos poços de acesso das redes vizinhas, para possibilitar a identificação da presença de fumaça no sistema.

12.2.3.13.2. A segunda equipe será responsável pela realização do teste de fumaça, consistindo na utilização da bomba de fumaça, na instalação dos insufladores de ar para pressurização da fumaça no interior do segmento de rede e da identificação dos pontos que apresentarem afloramento.

12.2.4. **Considerações importantes**

12.2.4.1. O teste de fumaça será utilizado como auxiliar na identificação de pontos de influxo e infiltração nas redes, sem, no entanto, determinar o volume admitido nem tampouco revelar o ponto exato por onde a fumaça escapa, ou seja, o teste apenas aponta o ponto por onde a fumaça aflora para a superfície.

12.3. TESTE DE CORANTE

12.3.1. Deverão ser inspecionados os trechos das microbacias críticas, que apresentarem evidências de contribuição de ligações domiciliares de esgoto com a rede de drenagem ou de ligações de drenagem pluvial com a rede de esgoto, através da introdução de tinta corante na ligação, identificando o ponto de saída na rede, preenchendo em formulário individual específico e registro digital das condições de funcionamento e anomalias verificadas, de modo a permitir indicar ações de manutenção da rede coletora.

12.3.1.1. Os resultados dos serviços deverão ser entregues em relatórios individuais por singularidade, contendo a imagem (foto) da condição interna e externa (tampão com a numeração), os dados de localização da singularidade e anomalia verificada e codificada, em meio analógico e digital, permitindo integração ao cadastro técnico e demais sistemas disponíveis no SAESA-SCS.

12.3.2. Equipamentos

O conjunto deve ser constituído basicamente de:

12.3.2.1. Veículo utilitário para o transporte de pessoal e equipamentos;

12.3.2.2. Sistema de comunicações entre equipes;

12.3.2.3. Máquina fotográfica digital;

12.3.2.4. Bisnagas com corantes em cores variadas e

12.3.2.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

12.4. INSPEÇÃO POR TELEVISIONAMENTO DE REDES COLETORAS COM LAVAGEM PRÉVIA DA REDE A SER INSPECIONADA.

A inspeção por televisionamento, com lavagem prévia, será aplicada no diagnóstico de ramais prediais e redes coletoras, e será realizada apenas nas sub-bacias consideradas críticas.

Os serviços serão realizados nos locais críticos a partir da análise da inspeção visual e histórico de ocorrências indicados, onde os trechos a serem televisionados deverão ser previamente aprovados pela fiscalização SAESA-SCS.

A atividade de inspeção por televisionamento deverá sempre vir precedida de lavagem preventiva do trecho a ser inspecionado, com o uso de equipamento de hidro jato de alta pressão "sewer-jet". Esta medida é imprescindível para obtenção de resultados satisfatórios do televisionamento.

12.4.1. Especificação dos Serviços

12.4.1.1. Lavagem da Rede

Na extensão total dos trechos críticos, deverá ser executado o serviço de hidrojateamento da rede coletora, para arraste dos resíduos nela existentes, tais como areia, paus, pedras, gordura, etc., até as singularidades a jusante, devendo atender à NTS 207 (norma Sabesp).

Os serviços de lavagem da rede deverão ser relacionados aos de televisionamento, dispostos em relatórios específicos que consolidem ambas as atividades, registrados no banco de dados, permitindo sua integração a ferramenta interativa, utilizando-se uma legenda apropriada a ser definida previamente em conjunto com o SAESA-SCS, permitindo o acesso do histórico dos serviços executados de televisionamento precedido de lavagem.

12.4.1.2. Inspeção por Televisionamento

A inspeção por televisionamento deverá atender à NTS 215 e consiste na utilização de equipamento de circuito fechado de televisão para inspeção com registros gravados, cuja finalidade é a obtenção de um conjunto de informações que permita identificar as condições estruturais e hidráulicas existentes.

Durante a inspeção das sub-bacias críticas será realizada a filmagem do interior das tubulações para identificação das condições estruturais, dando origem a um relatório que deverá conter a descrição dos principais eventos e sua localização, tais como:

- ✓ Ocorrências de juntas deslocadas/desalinhadas;
- ✓ Arreamentos nas tubulações;
- ✓ Ausência de parte do conduto;
- ✓ Bancos de sedimentos;
- ✓ Alteração da geometria da seção;
- ✓ Poços de visita ou inspeção encobertos;
- ✓ Interferências ou obstruções;
- ✓ Penetração de raízes;
- ✓ Interligações indevidas com redes clandestinas e/ou galeria de águas pluviais;
- ✓ Lançamentos clandestinos;
- ✓ Infiltrações;
- ✓ Recalques;
- ✓ Trincas;
- ✓ Lançamentos/extravasamentos em córregos.

Os eventuais arreamentos e demais defeitos encontrados nas tubulações que dificultem ou impeçam o fluxo normal das águas pluviais deverão ser relacionados e apontados em croquis com as devidas amarrações para orientação e programação das intervenções.

A *CONTRATADA* deverá dispor de dispositivos de bloqueio – tipo bloqueador inflável, para diversos diâmetros de canalizações, garantindo a estanqueidade de entrada de águas pluviais para a execução do televisionamento no trecho.

Conjunto de dispositivos eletrônicos desenvolvido para possibilitar a inspeção e diagnóstico da situação operacional de coletores de esgoto através de circuito fechado de televisão, a partir do diâmetro 150 mm.

A disposição interna do conjunto deve permitir o acompanhamento visual da inspeção pela fiscalização dos serviços, constituindo-se em uma unidade compacta e operacional.

O equipamento deverá ser previsto para apresentar as condições mínimas e indispensáveis de segurança para os operadores, para o próprio equipamento e em relação às normas de trânsito.

O conjunto deve ser constituído basicamente de:

- ✓ Veículo utilitário tipo Kombi ou similar;
- ✓ Sistema de geração de energia compatível com a demanda dos dispositivos eletrônicos;
- ✓ Câmera de vídeo compacta, alta sensibilidade, provida de fonte de iluminação própria regulável, para operar em coletores com diâmetros a partir de 150 mm;
- ✓ Cabo coaxial com, no mínimo, 250 metros de extensão, tipo KMF ou similar, compatível com a câmera de vídeo;
- ✓ Contador de distância percorrida pela câmera;
- ✓ Monitor de TV de, no mínimo, 14 polegadas;
- ✓ Sistema de gravação em mídia;
- ✓ Sistema de comunicações entre equipes;
- ✓ Máquina fotográfica digital;
- ✓ Carretel compatível com a extensão do cabo empregado;
- ✓ Conjunto motobomba de eixo flexível;
- ✓ Sistema de iluminação de ambiente ou com capacidade para operar num raio de 15 metros;
- ✓ Guinchos para tracionamento da câmera, provido de guias, roldanas e de, no mínimo, 250 metros de cabo de aço para movimentação da câmera no interior da tubulação;
- ✓ Painel de monitoramento da operação de filmagem e registro de dados na Gravação;
- ✓ Dispositivo de barragem;

A solução de problemas eventualmente apontados pela *CONTRATADA* e relacionados a reparos de ordem civil será de responsabilidade do *SAESA-SCS*.

Os relatórios de cada inspeção de televisionamento serão registrados em Compact Disc – CD ou pendrive contendo filmes e fotos digitais.

12.4.2. Equipamentos

12.4.2.1. Lavagem de Rede

O equipamento de hidrojateamento de alta pressão é desenvolvido para limpeza de sistema de redes coletoras de esgoto pelo princípio da ação hidrodinâmica nos resíduos.

O equipamento deverá ser previsto para apresentar as condições mínimas de segurança para os operadores e para o próprio equipamento.

O equipamento deverá ser constituído dos seguintes elementos básicos, de acordo com a NTS 207 (Norma Sabesp):

12.4.2.1.1. Caminhão adequado à montagem dos equipamentos e apropriado às condições de tráfego urbano;

12.4.2.1.2. Tanque de água limpa com capacidade mínima de 5.000l;

12.4.2.1.3. A bomba d'água do "Sewer-Jet" deverá desenvolver pressões de trabalho de no mínimo 14 MPa e uma vazão mínima de 200 litros por minuto com capacidade de variação gradual e suave da pressão;

12.4.2.1.4. Mangueiras adequadas à severidade dos serviços com diâmetro interno de uma polegada e comprimento de 120m;

12.4.2.1.5. Carretel com acionamento hidráulico, dimensionamento mecânico para suportar os esforços resultantes do tipo de trabalho;

12.4.2.1.6. Bicos de desobstrução para atender redes coletoras a partir de diâmetro de 150 mm constando de:

12.4.2.1.6.1. Um bocal com jatos de propulsão a 15 graus e frontal;

12.4.2.1.6.2. Um bocal com jatos de propulsão a 30 graus e frontal;

12.4.2.1.6.3. Um bocal com jatos de propulsão a 45 graus e frontal;

12.4.2.1.6.4. Um bocal rotativo (Vortex);

12.4.2.1.6.5. Um bocal tipo lança com seis furos de propulsão a 12 graus;

12.4.2.1.6.6. Um bocal para graxa (cebolão);

12.4.2.1.6.7. Um dispositivo para contenção de areia (Stand Drops) para diâmetros de 8", 10" e 12";

12.4.2.1.6.8. Sistema auxiliar de limpeza, necessário para manter o local e equipamentos livres de sujeiras.

12.4.2.1.7. Complementos:

12.4.2.1.7.1. Guias de direcionamento da mangueira de alta pressão;

12.4.2.1.7.2. Sistema de iluminação para trabalhos noturnos.

13. SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

A CONTRATADA deverá submeter à Seção de Drenagem Urbana - SDU, em até 30 dias (a contar da data da assinatura da ordem de serviços) o Plano de trabalho contendo cronograma e ações previstas e a serem realizadas nas áreas definidas em conjunto com a Encarregado de Campo, e, a Planta Geral do sistema de drenagem, com indicação do elenco das sub-bacias que deverão ser priorizadas na execução dos serviços.

A Planta Geral deverá vir acompanhada de Relatório da Situação Atual, que demonstre o desenvolvimento técnico que conduziu ao produto apresentado na Planta Geral, os quais deverão ser atualizados semestralmente.

13.1. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

13.1.1. Todos os meses e até o término do período contratual, a CONTRATADA deverá elaborar o Relatório de acompanhamento do processo de melhoria contínua, com mapas temáticos assinalando os serviços executados e a evolução dos indicadores.

13.2. RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO

13.2.1. Uma vez transcorridos os 180 dias de execução dos serviços de varredura operacional, a CONTRATADA deverá elaborar o Relatório de Diagnóstico e Prognóstico, apontando as causas dos problemas existentes, assim como as recomendações das intervenções corretivas necessárias para cada sub-bacia, de modo que ao fim deste período, a CONTRATADA terá apresentado os Relatórios de Diagnóstico e Prognóstico de todo o sistema hidráulico de esgotamento de água pluvial.

14. REPARO PONTUAL DE REDE

14.1. A reabilitação pontual, através de método não destrutivo pelo mesmo caminhamento da rede existente sem interrupção do fluxo, bloqueio ou rompimento da estrutura existente do sistema de drenagem é uma tecnologia usada para fazer reparos em redes que estejam com falhas estruturais e necessitam ser reparadas de forma rápida e segura. Devem ser executadas em galerias, redes, ramais, poços de

visita, tubos e conexões com a utilização de componente químico de alta aderência especialmente desenvolvido para atuar em meio submerso e na presença de resíduos.

14.1.1. Os trabalhos podem ser executados sem a abertura de valas utilizando o poço de visita ou por outro meio de acesso existente a tubulação para o acesso. É composto por equipamentos portáteis e manta impregnada com resina, concebida especificamente para a reparação de condutos danificados e que adere especialmente a superfícies molhadas, obtendo uma superfície homogênea e regular.

14.1.2. O uso do reparo pontual interno é recomendado nos seguintes casos:

- Permeabilidade como infiltração ou infiltração nos pontos de conexão e pontos de passagem entre os tubos com diâmetros nominais diferentes;
- Mudança súbita na posição, rachaduras ou quebra dos tubos;
- Tratamento pela infiltração de raízes de árvores;
- Tubos de alimentação desnecessários que podem ser fechados permanentemente.

14.1.3. Como parte dos procedimentos preliminares deve-se remover todos os obstáculos existentes, que possam prejudicar o bom contato do revestimento, tais como obstruções, corpos pontiagudos e depósitos compactados com pontas afiadas, antes da execução dos serviços.

14.1.4. O acompanhamento do reparo deve ser feito por uma unidade de inspeção por televisionamento que deve apresentar as condições operacionais iniciais e após o processo de recuperação.

14.2. Materiais

14.2.1. O componente químico utilizado no reparo pontual interno é especialmente desenvolvido para atuar em meio submerso e na presença de resíduos, o que confere alta aderência para qualquer tipo de tubo e evita a necessidade de interromper o fluxo com sistemas de abastecimento provisório.

14.3. Equipamentos

14.3.1. Conjunto de dispositivos pneumáticos para fixação de manta impregnada estrutural no interior da tubulação danificada. Compreende:

- Veículo leve com motor flex;
- Equipamento de inspeção por televisionamento;
- Equipamento para aplicação da manta com resina;
- Compressor de ar diesel rebocável;
- Grupo gerador, motor diesel rebocável, acionamento manual;

- Resina com componentes para acelerar a cura
- Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho

15. NORMAS, RESTRIÇÕES E LEGISLAÇÃO

15.1. Serviços em vias públicas

15.1.1. A contratada deverá providenciar toda a documentação necessária para execução dos serviços em vias públicas, além do projeto de sinalização viária. A autorização será intermediada pelo SAESA-SCS junto a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. (SEMOB).

15.2. Lei de zoneamento

15.2.1. A Contratada deverá atender integralmente a lei 4944/10 visando minimizar os fatores geradores de incomodidade, como ruído e odores junto à população do entorno. A Contratada deve ter ciência do conteúdo.

15.2.1.1. Para tanto consultar:

<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/legislacao/leis/lei-de-zoneamento.html>

15.3. Segurança e Saúde do Trabalho

15.3.1. Atendimento aos requisitos relativos ao Procedimento de Segurança e Medicina do Trabalho, visando o cumprimento da Legislação vigente relativa ao controle dos riscos de acidentes e agravos à saúde.

15.3.2. Os serviços deverão ser prioritariamente mecanizados.

15.4. Segurança e sinalização de trânsito

A Contratada tomará todas as providências necessárias para prevenir acidentes que possam ocorrer por falta ou deficiência de sinalização e/ou proteção das obras, assumindo total responsabilidade nessas ocorrências.

15.4.1. A Contratada deverá executar a preparação do local de modo a deixar a área de serviço em condições que permitam o acesso e a presença de seus funcionários, resguardando sua integridade física, devendo ser tomados todos os cuidados necessários à segurança, higiene do pessoal e do meio ambiente. Na execução desta atividade a Contratada empregará materiais e equipamentos a suas expensas;

15.4.2. A Contratada isolará ou fará interdições eventuais nos locais próximos

ao local de execução dos serviços se necessário, para segurança dos empregados envolvidos, comunicando com antecedência a Encarregado de Campo. A sinalização para este serviço deverá obedecer aos dispositivos e exigências estabelecidos pelo SAESA-SCS;

15.4.3. A Contratada é responsável por qualquer infração de trânsito a ela aplicada, não obstante, estar ciente de toda Legislação de trânsito, inclusive as de âmbito local (municipal);

15.4.4. Para as atividades realizadas em vias públicas, o padrão das vestimentas deverá contemplar faixas refletivas, dentro de um padrão de segurança idêntico ao adotado pela Contratada;

15.4.5. Independente da Legislação vigente, deverá haver no mínimo a sinalização preventiva com placas indicativas, cones de sinalização, cavaletes dispositivos de sinalização refletiva e iluminação de segurança ao longo da área de trabalho.

16. CUIDADOS OPERACIONAIS

16.1. A Contratada será responsável pela limpeza de qualquer derramamento, bem como por suas consequências e danos ao SAESA-SCS ou a terceiros, seja na área dos serviços, vias e passeios públicos, bacias de captação, rios, córregos, lagoas, terrenos baldios, no percurso até o local de disposição, etc. Caso a Encarregado de Campo verifique qualquer ocorrência deste tipo, este contrato poderá ser suspenso ou rescindido ficando o serviço suspenso nesta data;

16.2. Independentemente das sanções previstas neste contrato, a Contratada responderá pelos danos ambientais que vier a causar, ficando obrigada a reparar ou a indenizar danos ambientais, sendo acionada diretamente;

16.3. Os serviços seguirão as especificações definidas neste Termo de Referência;

16.4. Os equipamentos deverão ser previstos para apresentarem as condições de segurança para os operadores, o entorno e para os próprios equipamentos;

16.5. O caminhão deverá ser adequado à montagem dos equipamentos e apropriado às condições de tráfego urbano, com indicação em local visível o PBT (Peso Bruto Total), a tara e lotação referente aos mesmos, segundo os limites de peso máximo impostos pela Legislação federal, estadual e municipal;

16.6. A Contratada deverá dispor de caminhão estanque que impeça o derramamento dos resíduos durante o transporte;

16.7. Faz parte dos serviços, o fornecimento de caminhões e equipamentos,

adequados à remoção de todo o material retirado, sejam sólidos ou semi-sólidos e o seu transporte seguro à prova de vazamento (depósito estanque), evitando-se derramamento nas vias públicas, assim como respeitar a capacidade máxima de carga, em conformidade à Legislação local. Quaisquer taxas, tais como pedágios e eventuais multas serão de total responsabilidade da Contratada.

17. VEÍCULOS E EQUIPAMENTO

17.1. Os veículos pesados, máquinas e equipamentos, destinados a execução do serviço, não poderão ter idade superior a 10 (dez) anos, contados da data da fabricação, na assinatura do contrato. Será consedido a CONTRATADA um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura da Ordem de Serviços, para comprovação e adequação da frota.

17.2. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente e de forma automática os veículos pesados, máquinas e equipamentos que completarem 10 (dez) anos de uso, a contar do primeiro licenciamento.

17.3. A CONTRATADA deverá substituir os veículos, máquinas e equipamentos que apresentarem falhas, problemas ou defeitos que não possam ser resolvidos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da sua constatação, por outro veículo, máquina ou equipamento de qualidade igual ou superior, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.4. A CONTRATADA deverá prestar socorro mecânico aos veículos, inclusive em vias públicas (guincho).

17.5. Garantir, durante toda a contratação, o perfeito funcionamento dos sistemas e dispositivos operacionais dos veículos e equipamentos.

17.6. Adesivo: Conforme com layout a ser fornecido pelo SAESA. Todos os custos com a adesivagem ocorrerão por conta da contratada.

17.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar online, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado por igual período, sistema de rastreamento de todos os veículos e equipamentos a serviço do contrato. Esse sistema será acessível pela fiscalização e deverá permitir a emissão de relatórios de viagem contendo data, horários e todo o trajeto percorrido.

18. DO APARELHAMENTO TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. A Licitante deverá informar expressamente o aparelhamento técnico, ferramenta/maquinário/equipamentos/veículos, necessários à execução dos serviços e que ficarão disponíveis para execução dos mesmos;

18.2. A *CONTRATADA*, durante a execução dos serviços, manterá em perfeitas condições de funcionamento o aparelhamento técnico;

18.3. O aparelhamento técnico a ser utilizado para execução dos serviços contratados, será submetido à vistoria técnica periódica pela fiscalização do SAESA-SCS, para comprovação das perfeitas condições de funcionamento do mesmo;

18.4. Quando os equipamentos relacionados pela licitante, não forem eficientes na execução de quaisquer serviços constantes deste Termo de Referência, a fiscalização do SAESA/SCS poderá exigir a utilização de outro mais adequado à perfeita realização dos mesmos.

19. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

19.1. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

19.1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

19.1.1.1. Comprovação de Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA, em nome da licitante, com validade na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta.

19.1.1.2. Comprovação de capacitação técnica-operacional, de que a licitante executou serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo considerados os serviços de maior relevância técnica os descritos a seguir:

- e) Hidrojateamento de alta pressão, no quantitativo de 15.000m
- f) Desobstrução de redes de drenagem por sucção à alto vácuo, no quantitativo de 300 unid.
- g) Limpeza e/ou Desobstrução mecanizada de Boca de Lobo, no quantitativo de 2250 unid.

h) Reparos pontuais internos (spot repair) em redes de esgotos ou redes de águas pluviais, com diâmetro acima de \varnothing 300mm, no quantitativo de 7,0 unid.;

19.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

19.1.2.1. Através da apresentação de atestado(s) emitido(s) em nome do responsável técnico da empresa, comprovando a execução dos serviços citados nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem anterior, dispensando da comprovação das respectivas quantidades citadas no “Item”, devendo na data da apresentação das propostas, o mesmo manter vínculo profissional com a empresa licitante.

19.1.2.2. Deverá ser comprovado a existência em seu quadro de funcionários, profissional na área de segurança do trabalho, com o devido registro no CREA;

19.1.2.3. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

20. PROPOSTA COMERCIAL

20.1. Modelo proposta comercial

DADOS DA EMPRESA					
RAZÃO SOCIAL:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
CNPJ:					
E-MAIL:				TELEFONE:	
OBJETO:					
Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul					
DADOS DA PROPOSTA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	P.UNIT. R\$	P.TOTAL R\$
1. LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO					
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150,00	0,00	0,00
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800,00	0,00	0,00
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150,00	0,00	0,00
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600,00	0,00	0,00
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600,00	0,00	0,00
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500,00	0,00	0,00
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500,00	0,00	0,00
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000,00	0,00	0,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30,00	0,00	0,00
1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição	HD	352,00	0,00	0,00
1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. com guindaste	HD	176,00	0,00	0,00
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000,00	0,00	0,00
Subtotal R\$					0,00
2. SERVIÇOS OPERACIONAIS					
2.1	Inspeção em sistema de drenagem urbana	km	100,00	0,00	0,00
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	m	50,00	0,00	0,00
2.3	Inspeção em ramais de águas pluviais por teste de corante.	Unidade	50,00	0,00	0,00
2.4	Televisonamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500,00	0,00	0,00
2.5	Cadastro de galerias/redes de águas pluviais	m	1.000,00	0,00	0,00
Subtotal R\$					0,00
3. SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM					
3.1	Relatório de acompanhamento.	Unidade	12,00	0,00	0,00
3.2	Relatório de diagnóstico.	Unidade	1,00	0,00	0,00
Subtotal R\$					0,00
4. SERVIÇO TÉCNICOS					
4.1	Reparos pontuais em redes de Ø 300mm a Ø 400mm	Unidade	7,00	0,00	0,00
4.2	Reparos pontuais em redes de Ø 400mm a Ø 600mm	Unidade	7,00	0,00	0,00
Subtotal R\$					0,00
TOTAL GERAL R\$					0,00
VALOR TOTAL GERAL POR EXTENSO:					
(Local) , _____ de _____ de 2024					
Nome do Responsável					

20.2. Nenhum item ou subitem do quantitativo e/ou especificação do objeto da licitação, fixados e constantes no modelo apresentado no item 20.1 poderá ser alterado ou modificado, devendo o licitante ater-se ao seu preenchimento e dados solicitados, sob pena de desclassificação da proposta.

20.3. Considerações para elaboração da proposta comercial:

20.3.1. Deverá ser apresentado na proposta o valor total (global) em algarismo e por extenso.

20.3.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, datada e assinada pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente comprovado através de procuração reconhecida em cartório concedendo poderes para esta finalidade.

20.3.3. Todos os itens da proposta devem ser cotados e os valores devem ser apresentados com 02 (duas) casas decimais.

20.3.4. As quantidades previstas são estimadas para o período de 12 (doze) meses.

20.3.5. Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

20.3.6. Devem ser considerados na proposta todos os custos diretos e indiretos, bem como: BDI, encargos, tributos, taxas, insalubridade, seguros, EPIs, transportes, veículos, equipamentos, materiais, insumos, despesas com recursos humanos e demais despesas necessárias para execução dos serviços nas condições previstas neste Termo de Referência, no edital e demais documentos anexos.

20.4. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial a composição de preços do BDI e Leis Sociais utilizados nos preços ofertados na Proposta Comercial.

20.4.1. O BDI deverá atender o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário.

21. VISTORIA TÉCNICA

21.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica no local de prestação dos serviços, a fim de tomar conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, nos termos do artigo 63, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 14.133/21.

21.2. As vistorias serão acompanhadas por representantes do SAESA-SCS e acontecerão necessariamente durante o período de publicação do edital da licitação, salvo no período de suspensão do certame, caso houver, em horário comercial das 09 às 17 horas, cujo agendamento deverá ser efetuado previamente junto à Seção de Drenagem Urbana do SAESA-SCS, através do e-mail sdu@saesascsp.gov.br, ou pelo telefone (11) 2181-1859.

21.3. Na ocasião da vistoria, será emitido o comprovante de vistoria técnica, assinado pelo representante do SAESA-SCS e da empresa participante, o qual deverá ser apresentado no Envelope Documentos de Habilitação.

21.4. As empresas que optaram em não realizar a vistoria técnica, deverão apresentar declaração, nos moldes do artigo 63, parágrafo 3º da Lei nº 14.133/24, e deverá constar no Envelope Documentos de Habilitação.

22. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22.1. Subcontratação

22.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

22.2. Garantia da contratação

22.2.1. Haverá exigência da garantia da contratação, no montante de 3% do valor total do contrato, dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

23. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1. Condições de execução do objeto

23.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Divisão Técnica do SAESA.

23.1.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com todos os documentos e anexos contidos neste Termo de Referência e no Edital.

23.1.3. A contratada deverá prever equipes que atuem: de segundas às sextas feiras: das 08:00 às 17:30 horas.

23.1.4. Excepcionalmente, a critério da Encarregado de Campo, poderão ser autorizados serviços em dias e horários diferentes dos determinados.

23.1.5. Em até 5 (cinco) dias da lavratura do contrato a contratada deverá apresentar Anotações de Responsabilidade Técnica A.R.T., com a cópia da Guia de Recolhimento, e posteriormente a via final, para ser juntada ao Processo licitatório.

23.2. Procedimentos de finalização do contrato.

23.2.1. Nos termos da Lei 14.133 /21 artigo 140 inciso I, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

24. GESTÃO DO CONTRATO

24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.2. As comunicações entre o SAESA-SCS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.3. O SAESA-SCS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.4. Após a assinatura do contrato, o SAESA-SCS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.5. O Gestor do presente contrato ou instrumento equivalente é o Diretor da Divisão Técnica;

24.6. São atribuições do Gestor do Contrato:

24.6.1. Acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços;

24.6.2. Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

24.6.3. Fazer constar do processo administrativo as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;

24.6.4. Expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;

24.6.5. Fazer encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;

24.6.6. Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

24.6.7. Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e pelo fiscal do contrato, realizar a pesquisa de preço adequada seguindo a orientação do Art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a administração.

24.6.8. Verificar a existência de infração contratual, a partir de apontamentos do fiscal, relatando os fatos e iniciando procedimentos apuratório, notificando a contratada, para que exerça o contraditório e a ampla defesa, apresentado proposta de penalização, se aplicável, nos termos previstos no instrumento contratual;

24.6.9. Informar, com a devida justificativa técnica, as autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;

24.6.10. Proceder o recebimento de obras e/ou serviços decorrentes dos contratos, com observância do disposto nos artigos 157 e 158;

24.6.11. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1. São atribuições do Fiscal do Contrato:

25.1.1. Acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando ao gestor do contrato designado, aquelas que podem resultar na execução dos serviços de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências

necessárias a regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

25.1.2. Recepcionar da contratada, os documentos necessários ao pagamento, previstos neste termo, que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferindo e remetendo à unidade responsável pela gestão de contrato, e ao gestor contratual designado;

25.1.3. Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e remetendo ao gestor designado;

25.1.4. Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

25.1.5. Consultar a unidade demandante dos serviços sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

25.1.6. Propor medidas que visem a melhoria contínua da execução do contrato;

25.1.7. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

25.1.8. Compete, ainda, ao fiscal do contrato o recebimento provisório do objeto contratado, nos termos do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

26.1. À CONTRATADA, compete observar e cumprir:

26.1.1. Caberá a CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado nos termos da legislação vigente;

26.1.2. Não se poderá alegar em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da *CONTRATADA*, desconhecimento, incompreensão ou esquecimento das cláusulas e condições destas especificações. Qualquer diferença será de responsabilidade da *CONTRATADA*;

26.1.3. Deverá a *CONTRATADA* acatar de modo imediato e sem contestar, as ordens da Fiscalização dentro destas especificações assim como deverá aceitar integralmente todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, em todo e qualquer serviço ou operação referente aos serviços;

26.1.4. Caso o SAESA-SCS julgue necessário fiscalizar ou acompanhar os serviços realizados nas instalações da *CONTRATADA*, a mesma deverá facilitar o livre acesso em suas dependências, bem como prestar todos os esclarecimentos a ela solicitados. A *CONTRATADA* também deverá permanentemente, ter e colocar à disposição da Fiscalização os meios necessários e aptos para permitir a inspeção dos serviços, material, ferramentas, veículos e equipamentos utilizados em campo;

26.1.5. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos nessas especificações e em tudo que, de qualquer forma, se relacione ou venha se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos;

26.1.6. Pela *CONTRATADA*, a condução geral dos serviços, ficará a cargo de um engenheiro ou tecnólogo com prática comprovada em serviços semelhantes ou superiores aos contratados devendo ser auxiliado por um encarregado devidamente habilitado;

26.1.7. Todas as ordens dadas pela Fiscalização ao engenheiro ou encarregado(s) serão consideradas como se fossem diretamente dirigidas à *CONTRATADA*. Por outro lado, todo e qualquer ato praticado ou decisão tomada pelos referidos, ou ainda omissões de responsabilidade dos mesmos serão considerados para todo e qualquer efeito, como tendo sido da Contratada;

26.1.8. O engenheiro ou tecnólogo condutor dos serviços e o(s) encarregado(s), cada um no seu âmbito respectivo, deverão acompanhar a execução dos serviços e estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo que a Fiscalização julgar necessário e útil a que se refira direta ou indiretamente aos serviços e suas implicações;

26.1.9. Fornecer todo material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços;

26.1.10. Planejar a execução dos serviços de forma a minimizar os desconfortos inevitáveis gerados pelos serviços desta natureza;

26.1.11. Responsabilizar-se pela movimentação de todo material e equipamentos necessários, é de responsabilidade total da *CONTRATADA*, quaisquer eventos que no decorrer do trabalho venham destruir ou danificar equipamentos, tubulações ou qualquer bem patrimonial. Deverá ser repostado imediatamente por outro de qualidade e semelhança ao danificado;

26.1.12. Manter durante a vigência do contrato todos os veículos, equipamentos e acessórios em perfeitas condições para execução dos serviços;

26.1.13. Atender o dia e horário determinado pela Fiscalização para a execução do serviço;

26.1.14. A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, total ou parcialmente os serviços, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares e/ou outros. Em todos os casos, os serviços somente poderão ser reiniciados com outra ordem da Fiscalização;

26.1.15. A *CONTRATADA* não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pelo SAESA-SCS. Salvo os eventuais de emergência, necessários a estabilidade e/ou segurança dos serviços e/ou do pessoal encarregado dos mesmos;

26.1.16. A existência e a atuação da Fiscalização, em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços e suas aplicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o código civil e as demais leis e/ou regulamentos vigentes;

26.1.17. Ao término dos serviços, desmobilizar e limpar o local, bem como toda a área em torno do local onde o serviço foi realizado, retirando todo tipo de resíduos, sobra de materiais ou entulho;

26.1.18. Em até 5 (Cinco) dias da data de assinatura do contrato, a *CONTRATADA* deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, com cópia da guia de recolhimento do(s) engenheiro(s) responsável(is) pelos serviços.

26.2. À CONTRATANTE, compete observar e cumprir:

26.2.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;

26.2.2. Indicar o funcionário responsável pela gestão e fiscalização deste Contrato;

26.2.3. Comunicar à Contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato;

26.2.4. Fiscalizar a prestação dos serviços e os trabalhos desenvolvidos, zelando pelo fiel cumprimento do presente contrato, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados;

26.2.5. Todas as demais obrigações relacionadas e constantes no presente Termo de Referência.

27. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

27.1. As quantidades constantes da Proposta Comercial, são estimadas para a determinação do valor deste contrato, sendo pagas, no entanto, as quantidades efetivamente medidas conferidas pela fiscalização e aprovadas pela Gestor do Contrato.

27.2. O pagamento do objeto ocorrerá no prazo de no máximo 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura, que somente poderá ser emitida após a conferência dos serviços executados e autorização prévia da fiscalização do SAESA.

27.3. As medições dos serviços prestados, para efeito de pagamento, serão realizadas mensalmente pela Divisão Técnica, através da Seção de Esgoto do SAESA.

27.4. A Contratada deverá solicitar, através de ofício devidamente assinado, o pagamento referente a medição dos serviços efetuados mensalmente.

27.5. Junto da solicitação de pagamento, a Contratada deverá apresentar o relatório dos serviços efetuados no respectivo período, para análise e posterior aprovação e autorização da emissão da Nota Fiscal.

27.6. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazer o relatório no prazo estabelecido pela Seção Gestora do contrato, observando as condições estabelecidas para a prestação dos serviços.

28. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

28.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

28.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

28.2. Regime de execução

28.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

28.3. Os valores previstos para a contratação do objeto foram determinados por meio da pesquisa direta realizada em novembro de 2024 com 04 (quatro) fornecedores.

28.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.160.570,92 (três milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta reais e noventa e dois centavos), para o período de 12 (doze) meses**, conforme custos unitários apostos na tabela a seguir:

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO - 12 (DOZE) MESES					
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE DO ITEM	ESTIMADO ITEM (R\$)	ESTIMADO TOTAL (R\$)
				MÉDIA	MÉDIA
1. LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO					
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150,00	1.636,01	245.401,88
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800,00	5,05	19.199,50
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150,00	98,09	14.713,13
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600,00	466,66	279.997,50
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600,00	941,90	565.141,50
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500,00	253,37	126.682,50
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500,00	194,89	876.982,50
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000,00	8,85	265.350,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30,00	1.086,68	32.600,48
1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo - à disposição	HD	352,00	582,70	205.108,64
1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. com guindaste	HD	176,00	302,52	53.242,64
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000,00	2,77	2.765,00
2. SERVIÇOS OPERACIONAIS					
2.1	Inspeção em sistema de drenagem urbana	km	100,00	819,10	81.909,50
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	m	50,00	7,54	376,75
2.3	Inspeção em ramais de águas pluviais por teste de corante.	Unidade	50,00	63,58	3.178,88
2.4	Televisonamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500,00	50,93	76.395,00
2.5	Cadastro de galeriais/redes de águas pluviais	m	1.000,00	6,25	6.245,00
3. SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM					
3.1	Relatorio de acompanhamento	Unidade	12,00	4.283,99	51.407,85
3.2	Relatorio de diagnóstico	Unidade	1,00	28.325,89	28.325,89
4. SERVIÇO TECNICOS					
4.1	Reparos pontuais em redes de ø 300mm a ø 400mm	Unidade	7,00	12.772,96	89.410,70
4.2	Reparos pontuais em redes de ø 400mm a ø 600mm	Unidade	7,00	19.448,02	136.136,11
VALOR GLOBAL ESTIMADO					3.160.570,92

29. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. Este certame correrá através da rubrica nº 3.3.90.39.00-99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.

Anexo II – Proposta Comercial

Concorrência nº 03/2024		Processo Administrativo nº 6352/2024			
Empresa:		CNPJ:			
Endereço completo:					
Telefone:		E-mail:			
Contato:		Celular:			
Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul					
<i>Item</i>	<i>Descrição dos Serviços</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant.</i>	<i>R\$ Unit.</i>	<i>R\$ Total</i>
1.	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO				
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150	0,00	0,00
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800	0,00	0,00
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150	0,00	0,00
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600	0,00	0,00
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600	0,00	0,00
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500	0,00	0,00
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500	0,00	0,00
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000	0,00	0,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30	0,00	0,00

1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com sucção à vácuo – à disposição	HD	352	0,00	0,00
1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. Com guindaste	HD	176	0,00	0,00
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000	0,00	0,00
		Subtotal R\$			0,00
2.	SERVIÇOS OPERACIONAIS				
2.1	Inspeção em sistema de drenagem urbana	km	100	0,00	0,00
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	M	50	0,00	0,00
2.3	Inspeção em ramais de aguas pluviais por teste de corante.	Unidade	50	0,00	0,00
2.4	Televisonamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500	0,00	0,00
2.5	Cadastro de galeriais/redes de aguas pluviais	m	1.000	0,00	0,00
		Subtotal R\$			0,00
3.	SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM				
3.1	Relatório de acompanhamento.	Unidade	12	0,00	0,00
3.2	Relatório de diagnóstico.	Unidade	1	0,00	0,00
		Subtotal R\$			0,00
4.	SERVIÇO TECNICOS				
4.1	Reparos pontuais em redes de ø 300mm a ø 400mm	Unidade	7	0,00	0,00
4.2	Reparos pontuais em redes de ø 400mm a ø 600mm	Unidade	7	0,00	0,00
		Subtotal R\$			0,00

TOTAL GERAL R\$		0,00
<p>Condições para apresentação da Proposta:</p> <p>01 - A proposta deve ser elaborada em papel timbrado da empresa, datada e assinada</p> <p>02 - Todos os itens da proposta devem ser cotados e os valores devem ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais</p> <p>03 - As quantidades apresentadas são estimadas e referentes ao período de 12 (doze) meses.</p> <p>04 - Validade da Proposta: mínimo 60 dias.</p> <p>05 - Devem ser considerados na proposta todos os custos diretos e indiretos, bem como: BDI, encargos, tributos, taxas, insalubridade, seguros, EPIs, transportes, veículos, equipamentos, materiais, insumos, despesas com recursos humanos e demais despesas necessárias para execução dos serviços contratados nas condições previstas no Termo de Referência e no Critério de Medição</p> <p>06 - Condições de pagamento: até 10 dias contados a partir da emissão da Nota Fiscal.</p> <p style="text-align: center;">Local, _____ de _____ de _____.</p> <p style="text-align: center;">Nome do Responsável Assinatura e Carimbo da Empresa</p>		

Anexo III – Planilha de Quantidades e Demonstrativo de Custos

Concorrência nº 03

Processo Administrativo nº 6352/2024

PLANILHA DE QUANTIDADES E DEMONSTRATIVO DE CUSTOS					
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. DO ITEM	ESTIMADO ITEM (R\$)	ESTIMADO TOTAL (R\$)
				MÉDIA	MÉDIA
1.	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO				
1.1	Retirada e segregação de material sólido do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca	150,00	1.636,01	245.401,88
1.2	Transporte até aterro sanitário do material retirado do sistema de drenagem urbana	Ton. Seca x KM	3.800,00	5,05	19.199,50
1.3	Disposição de resíduos	Ton. Seca	150,00	98,09	14.713,13
1.4	Desobstrução de rede de drenagem por sucção à alto vácuo	Unidade	600,00	466,66	279.997,50
1.5	Limpeza e desobstrução de galerias em espaços confinados	m	600,00	941,90	565.141,50
1.6	Desassoreamento, limpeza e remoção de materiais de galerias moldadas	m	500,00	253,37	126.682,50
1.7	Limpeza e desobstrução mecanizada de boca de lobo	Unidade	4.500,00	194,89	876.982,50
1.8	Hidrojateamento de alta pressão em rede	m	30.000,00	8,85	265.350,00
1.9	Limpeza e desobstrução de pontos de lançamento	Unidade	30,00	1.086,68	32.600,48
1.10	Equipe de hidrojateamento de alta pressão combinado com succção à vácuo - à disposição	HD	352,00	582,70	205.108,64

1.11	Caminhão carga seca capacidade 8 ton. com guindaste	HD	176,00	302,52	53.242,64
1.12	Esgotamento de tubulações	Hp x H	1.000,00	2,77	2.765,00
2.	SERVIÇOS OPERACIONAIS				
2.1	Inspeção em sistema de drenagem urbana	km	100,00	819,10	81.909,50
2.2	Teste de fumaça em redes/galerias e ramais de drenagem urbana.	m	50,00	7,54	376,75
2.3	Inspeção em ramais de águas pluviais por teste de corante.	Unidade	50,00	63,58	3.178,88
2.4	Televisamento em redes/galerias e ramais de drenagem	m	1.500,00	50,93	76.395,00
2.5	Cadastro de galerias/redes de águas pluviais	m	1.000,00	6,25	6.245,00
3.	SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM				
3.1	Relatório de acompanhamento	Unidade	12,00	4.283,99	51.407,85
3.2	Relatório de diagnóstico	Unidade	1,00	28.325,89	28.325,89
4.	SERVIÇO TÉCNICOS				
4.1	Reparos pontuais em redes de ø 300mm a ø 400mm	Unidade	7,00	12.772,96	89.410,70
4.2	Reparos pontuais em redes de ø 400mm a ø 600mm	Unidade	7,00	19.448,02	136.136,11
VALOR GLOBAL ESTIMADO					3.160.570,92

Anexo IV – Cronograma de Desembolso

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Diagnóstico, Limpeza, Desobstrução, Remoção de Sedimentos e Reparos Pontuais de Rede no Sistema de Drenagem Urbana do Município de São Caetano do Sul.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO			
Previsão de Ordem de Serviço: Dezembro/2024			
Valor Total:		R\$ 3.160.570,92	Obs: Valor obtido através média de preços coletados
MEDICÃO	MÊS	DESEMBOLSO	VALOR
1ª Medição	dez/24	6,74%	R\$ 215.644,22
2ª Medição	jan/25	7,88%	R\$ 242.676,07
3ª Medição	fev/25	8,06%	R\$ 267.392,47
4ª Medição	mar/25	8,06%	R\$ 267.392,47
5ª Medição	abr/25	8,06%	R\$ 267.392,47
6ª Medição	mai/25	12,82%	R\$ 295.718,40
7ª Medição	jun/25	8,06%	R\$ 267.392,47
8ª Medição	jul/25	8,06%	R\$ 267.392,47
9ª Medição	ago/25	8,06%	R\$ 267.392,47
10ª Medição	set/25	8,06%	R\$ 267.392,47
11ª Medição	out/25	8,06%	R\$ 267.392,47
12ª Medição	nov/25	8,06%	R\$ 267.392,47
TOTAL		100,00%	R\$ 3.160.570,92
ESTIMATIVA POR ANO		DESEMBOLSO	VALOR
Percentual estimado para 2024		6,74%	R\$ 215.644,22
Percentual estimado para 2025		93,26%	R\$ 2.944.926,70
TOTAL		100,00%	R\$ 3.160.570,92

Anexo V - Modelo de Carta de Credenciamento

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

Prezados Senhores:

Pela presente informamos que o Senhor (nome do representante), portador da cédula de identidade nº (número do documento), é nosso representante legal junto a VV. Sas, estando credenciado a responder por esta empresa em tudo que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas da licitação em referência.

Atenciosamente,

Razão Social da Empresa
Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

Anexo VI – Modelos de Declarações

Declaração de que não está cumprindo pena de inidoneidade

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 4653/2024

(Razão Social da Empresa) _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu (sócio/procurador) _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não está cumprindo pena de inidoneidade com qualquer Ente da Administração Pública.

Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

(Razão Social da Empresa) _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu (sócio/procurador) _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma art. 63, I da Lei 14.133/21;

Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a rua _____, nº _____, bairro _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu (sócio/procurador), Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que a receita bruta anual não excederá, neste exercício, o limite fixado no artigo 3º da Lei Federal 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016, e artigos 4º e 5º da Lei Municipal 4.660/2008, conforme o caso, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

Local, ____ de _____ de 2024.

Nome e Cargo do Responsável/Procurador

Nº. do Documento de Identidade

Declaração – Artigo 63, inciso IV da Lei nº 14.133/21

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

(Razão Social da Empresa)_____, estabelecida na Rua _____ nº _____,
bairro _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita no
CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato
representado por seu (sócio/procurador)_____, Senhor _____, portador da
Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso
de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências
de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência
Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63, IV da
Lei 14.133/21;

Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

Declaração – Artigo 63, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

(Razão Social da Empresa) _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu (sócio/procurador) _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/21

Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

Declaração de Atendimento ao disposto no Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal

Concorrência nº 03/2024

Processo Administrativo nº 6352/2024

_____(Razão Social da Empresa)_____, estabelecida a Rua _____ nº _____, bairro _____, no Município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por seu (sócio/procurador), Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, _____ de _____ de 20__.

Nome e Cargo do Responsável/Procurador
Nº. do Documento de Identidade

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Anexo VII – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6352/2024

CONCORRÊNCIA Nº/2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DIAGNÓSTICOS, LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO,
REMOÇÃO DE SEDIMENTOS E REPAROS
PONTUAIS DE REDE NO SISTEMA DE
DRENAGEM URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO
CAETANO DO SUL, QUE ENTRE SI FAZEM O
SISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO
AMBIENTAL – SAESA-SCS E A EMPRESA**

Aos (.....) dias do mês de, do ano dois mil e vinte e quatro (2024), nesta Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, no edifício da sede administrativa do Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental – SAESA-SCS, situado na Avenida Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, na sala do Superintendente, perante mim, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado o **SISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAESA-SCS**, inscrito no CNPJ sob o nº 59.330.936/0001-23, neste ato representado pelo seu Superintendente, Senhor **UBIRATAN DORMERICE GARCIA JUNIOR**, brasileiro, casado, Arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.241.440, inscrito no CPF sob nº 161.384.948-65, e pela Responsável pelo Expediente da Divisão Técnica, Eng^a **MARIA DE LOURDES DA SILVA**, brasileira, casada, Engenheira Civil, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.652.995-8, inscrita no CPF sob o nº 768.078.948-72, ambos domiciliados na Avenida Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na

nº, Bairro, Cidade de, Estado de, neste ato representada por, Senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, CPF nº, residente e domiciliado(a) na nº, Bairro, Cidade de, Estado de, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**. E, na presença das testemunhas adiante nomeadas pelas partes contratantes, me foi dito que haviam convencionado firmar, como firmada têm, a presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS, LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO, REMOÇÃO DE SEDIMENTOS E REPAROS PONTUAIS DE REDE NO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL**, que se regerá pelas cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: que a CONTRATADA obriga-se por força do presente contrato a prestar os serviços de diagnósticos, limpeza, desobstrução e remoção de sedimentos e reparos pontuais de rede no sistema de drenagem urbana no Município de São Caetano do Sul, com o fornecimento de mão-de-obra, serviços e materiais, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência de fls....., Anexo IV – Cronograma de Desembolso de fls....., Proposta Comercial de fls..... e com o Edital de Concorrência nº/2024 de fls., do Processo Administrativo nº 6352/2024, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição;

CLÁUSULA SEGUNDA: que o prazo de execução dos serviços, objeto do presente contrato, é de 05 (cinco) anos a contar do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Divisão Técnica do CONTRATANTE, prorrogável a critérios da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CLÁUSULA TERCEIRA: que a CONTRATADA prestará os serviços especificados na Cláusula Primeira do presente contrato, sob regime de execução indireta na modalidade de empreitada por preço unitário, ao valor de R\$(.....), conforme proposta comercial de fls..... do processo administrativo nº 6352/2024;

CLÁUSULA QUARTA: O pagamento do objeto ocorrerá no prazo de no máximo 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura, que somente poderá ser emitida após a conferência dos serviços executados e autorização prévia da fiscalização do SAESA.

CLÁUSULA QUINTA: As medições dos serviços prestados, para efeito de pagamento, serão realizadas mensalmente pela Divisão Técnica, através da Seção de Esgoto do CONTRATANTE. **Parágrafo Único:** A CONTRATADA deverá solicitar, através de ofício devidamente assinado, o pagamento referente a medição dos serviços efetuados mensalmente.

CLÁUSULA SEXTA: Junto da solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar o relatório dos serviços efetuados no respectivo período, para análise e posterior aprovação e autorização da emissão da Nota Fiscal. **Parágrafo Único:** Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazer o relatório no prazo estabelecido pela Seção Gestora do contrato, observando as condições estabelecido as para a prestação dos serviços;

CLÁUSULA SÉTIMA: os pagamentos devidos ficam condicionados à apresentação pela CONTRATADA das certidões atualizadas que comprovam a regularidade: a) com a Seguridade Social do INSS através da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros; b) com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do CRF – Certificado de Regularidade; c) com o CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhista Com Efeito de Negativa. **Parágrafo Único:** A não apresentação dos documentos de que trata esta Cláusula, implicará na retenção da importância devida;

CLÁUSULA OITAVA: caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, o CONTRATANTE, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida;

CLÁUSULA NONA: na ocorrência de eventual atraso do pagamento pelo CONTRATANTE, o valor devido será atualizado, até a data do pagamento, com base no IPCA ou outro índice que venha substituí-lo; Calculados *pro rata tempore*, mediante

a aplicação da fórmula constante do subitem 17.11, do item 17. Medições, Pagamentos e Reajuste de Preços do Edital de Concorrência nº/2024 de fls. do Processo Administrativo nº 6352/2024;

CLÁUSULA DÉCIMA: o reajustamento dos preços ocorrerá na forma estabelecida no inciso I, parágrafo 8º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo índice a ser aplicado é o IGP-M, ou outro que vier a substituí-lo, considerando-se como data-base o dia 12/11/2024;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: São obrigações da CONTRATADA: 1) Caberá a CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado nos termos da legislação vigente; 2) Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no Edital e em tudo que, de qualquer forma, se relacione ou venha se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos; 3) Pela CONTRATADA, a condução geral dos serviços, ficará a cargo de um engenheiro ou tecnólogo com prática comprovada em serviços semelhantes ou superiores aos contratados devendo ser auxiliado por um encarregado devidamente habilitado; 4) O engenheiro ou tecnólogo condutor dos serviços e o(s) encarregado(s), cada um no seu âmbito respectivo, deverão acompanhar a execução dos serviços e estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo que a Fiscalização julgar necessário e útil a que se refira direta ou indiretamente aos serviços e suas implicações; 5) Fornecer todo material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços; 6) Planejar a execução dos serviços de forma a minimizar os desconfortos inevitáveis gerados pelos serviços desta natureza; 7) Responsabilizar-se pela movimentação de todo material e equipamentos necessários, é de responsabilidade total da CONTRATADA, quaisquer eventos que no decorrer do trabalho venham destruir ou danificar equipamentos, tubulações ou qualquer bem patrimonial. Deverá ser repostado imediatamente por outro de qualidade e semelhança ao danificado; 8) Manter durante a vigência do contrato todos os veículos, equipamentos e acessórios em perfeitas condições para execução dos serviços; 9)

Atender o dia e horário determinado pela Fiscalização para a execução do serviço; 10) A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pelo SAESA-SCS, salvo os eventuais de emergência, necessários a estabilidade e/ou segurança dos serviços e/ou do pessoal encarregado dos mesmos; 11) A existência e a atuação da Fiscalização, em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços e suas aplicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o Código Civil e as demais leis e/ou regulamentos vigentes; 12) Ao término dos serviços, desmobilizar e limpar o local, bem como toda a área em torno do local onde o serviço foi realizado, retirando todo tipo de resíduos, sobra de materiais ou entulho; 13) Em até 5 (Cinco) dias da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, com cópia da guia de recolhimento do(s) engenheiro(s) responsável(is) pelos serviços; 14) A Contratada na execução dos serviços contratados, se obriga a todas as demais condições e especificações contidas no Edital de Concorrência nº/2024 e seus anexos;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: compete ao CONTRATANTE, por seus setores responsáveis: 1) Cumprir o prazo fixado para a realização do pagamento; 2) indicar funcionário responsável pela gestão e fiscalização deste contrato; 3) comunicar à Contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato; 4) Fiscalizar a prestação dos serviços e os trabalhos desenvolvidos, zelando pelo fiel cumprimento do contrato, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados; 5) todas as disposições e obrigações constantes no Edital de Concorrência nº/2024 de fls. do processo administrativo nº 6352/2024;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: o CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: o objeto do presente contrato, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades o

CONTRATANTE poderá: a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos da negociação contratados inicialmente; b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos da negociação contratados inicialmente

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: o descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as sanções administrativas e suas consequências, na forma prevista no Item 18. Das Infrações Administrativas e Sanções do Edital de Concorrência nº/2024 de fls. do Processo Administrativo nº 6352/2024;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: que a rescisão das obrigações do presente contrato se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: o presente contrato poderá ser prorrogado ou aditado nos termos dos artigos 107 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: no interesse do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: o Gestor do presente contrato é o(a) Responsável pelo Expediente da Divisão Técnica, nos termos da Lei de Licitações, o qual será responsável pelo acompanhamento da execução do presente instrumento contratual, nos termos constantes no Edital de Concorrência nº/2024;

CLÁUSULA VIGÉSIMA: que a CONTRATADA efetuou a caução para a garantia do presente contrato, no valor de R\$ (.....), equivalente a 3% (três por cento) do valor do contrato, prestada através de, a qual é

representada pela guia de recolhimento nº de fls. do Processo Administrativo nº 6352/2024, expedida pela Seção de Tesouraria;

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: a garantia será liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no período. **Parágrafo Primeiro:** a garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência do presente contrato, mediante certificação, por seu Gestor de que os serviços foram realizados a contento; **Parágrafo Segundo:** se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada ao ajuste firmado, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder a respectiva reposição, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação do CONTRATANTE e, nos casos em que houver prorrogação ou aditamento contratual, a garantia deverá ser renovada ou revista quanto aos valores prestados;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: que as despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da rubrica nº, onerando a verba do presente exercício o valor de R\$ (.....) e onerando a verba do exercício de 2025 o valor de R\$ (.....);

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: que o presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.914/2023, conjugadas pelas disposições contidas no Edital de Concorrência nº/2024, e demais disposições de direito público que regem a matéria;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: que fica eleito o Foro da Comarca de São Caetano do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente processo.

E, assim por estarem justas e de acordo, eu....., lavrei o presente contrato na presença das testemunhas e

..... a tudo presentes para que o mesmo produza os efeitos de lei e de direito.

UBIRATAN DORMERICE GARCIA JUNIOR
Superintendente
CONTRATANTE

MARIA DE LOURDES DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA DIVISÃO TÉCNICA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....

Anexo VIII – Termo de Ciência e Notificação

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Anexo IX – Folha de dados para elaboração do contrato

Dados da empresa:

RAZÃO SOCIAL: _____
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____
FONE: _____ - ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

**Dados completos do representante legal da empresa que firmará o contrato
(caso se saque vencedora)**

NOME: _____
QUALIFICAÇÃO: _____ (nacionalidade, estado civil, profissão)
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____
CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA: _____
RG Nº. _____
CPF Nº. _____
E-MAIL PESSOAL: _____ E-MAIL CORPORATIVO: _____
TELEFONE PESSOAL: _____ TELEFONE CORPORATIVO: _____

Obs. 1: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do Contrato.

Obs.2: não haverá a substituição de nomes, após a confecção do Contrato.

Local _____, _____ de _____ de _____

(Carimbo da empresa, nome e assinatura do responsável p/informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os documentos de habilitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do Contrato referente a este procedimento licitatório. **A não apresentação dessa folha não implicará na inabilitação da Proponente.**

São Caetano do Sul, ____ de _____ de 2024.

Sr. _____
Representante da empresa